



ÍNDICE

1.	ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	4
2.	ANÁLISE ORÇAMENTAL GLOBAL.....	6
2.1.	VISÃO GLOBAL.....	6
2.2.	MAPA DOS FLUXOS DE CAIXA	7
2.3.	RECEITAS	8
	RECEITAS CORRENTES	10
	RECEITAS DE CAPITAL.....	12
	OUTRAS RECEITAS.....	14
	RECEITA POR GRANDES AGREGADOS	14
	RECEITA LIQUIDADADA POR COBRAR.....	22
2.4.	DESPESAS	23
	DESPESAS CORRENTES	26
	DESPESAS DE CAPITAL.....	27
	DESPESA POR GRANDES AGREGADOS	29
	DESPESA POR ORGÂNICA	36
	COMPROMISSOS.....	37
3.	EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO	39
4.	ANÁLISE FINANCEIRA E PATRIMONIAL.....	42
4.1.	SITUAÇÃO PATRIMONIAL - ANÁLISE DO BALANÇO	42
	IMOBILIZADO	44
	CIRCULANTE.....	47
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	48
	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO.....	48
	FUNDOS PRÓPRIOS.....	49
	PASSIVO.....	51
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	53
4.2.	FINANCIAMENTO BANCÁRIO E ENDIVIDAMENTO	54
4.3.	ENDIVIDAMENTO DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS.....	56
4.4.	EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL E INDICADORES FINANCEIROS.....	57
5.	ANÁLISE FINANCEIRA E PATRIMONIAL.....	60
5.1.	ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS:.....	60
5.2.	FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O FECHO DO EXERCÍCIO	64
5.3.	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	64



LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA, 2018.....	7
QUADRO 2: SALDOS NO INÍCIO E NO FIM DO EXERCÍCIO, 2015-2018.....	8
QUADRO 3: RECEITA TOTAL, 2015-2018.....	8
QUADRO 4: RECEITAS CORRENTES, 2015-2018.....	11
QUADRO 5: RECEITAS DE CAPITAL, 2015-2018.....	13
QUADRO 6: OUTRAS RECEITAS, 2015-2018.....	14
QUADRO 7: RECEITA POR GRANDES AGREGADOS, 2015-2018.....	15
QUADRO 8: RECEITA FISCAL (IMPOSTOS DIRETOS), 2015-2018.....	15
QUADRO 9: RECEITA IMI, 2015-2018.....	16
QUADRO 10: RECEITA PROVENIENTE DA ATIVIDADE MUNICIPAL, 2015-2018.....	16
QUADRO 11: TAXAS ESPECÍFICAS DAS AUTARQUIAS LOCAIS, 2015-2018 (ATIVIDADE MUNICIPAL).....	17
QUADRO 12: VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES, 2015-2018 (ATIVIDADE MUNICIPAL).....	18
QUADRO 13: OUTRAS, 2015-2018 (ATIVIDADE MUNICIPAL).....	19
QUADRO 14: RECEITA PATRIMONIAL, 2015-2018.....	19
QUADRO 15: TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E DE CAPITAL, 2015-2018.....	20
QUADRO 16: TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS - ESTADO (FEF+FSM+IRS), 2015-2018.....	21
QUADRO 17: EMPRÉSTIMOS, 2015-2018.....	22
QUADRO 18: RECEITA LIQUIDADADA POR COBRAR, 2018.....	22
QUADRO 19: RECEITA LIQUIDADADA POR COBRAR NO FINAL DO ANO, 2015-2018.....	23
QUADRO 20: EVOLUÇÃO DA DESPESA, 2018.....	24
QUADRO 21: EVOLUÇÃO DA COMPOSIÇÃO DE DESPESA, %.....	25
QUADRO 22: DESPESAS CORRENTES, 2015-2018.....	26
QUADRO 23: DESPESAS DE CAPITAL, 2015-2018.....	28
QUADRO 24: DESPESA POR GRANDES AGREGADOS, 2015-2018.....	29
QUADRO 25: DESPESAS COM PESSOAL, 2015-2018.....	30
QUADRO 26: DESPESAS COM PESSOAL, 2015-2018 (ABONOS VARIÁVEIS).....	31
QUADRO 27: ENCARGOS FINANCEIROS, 2015-2018.....	31
QUADRO 28: AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS, 2015-2018.....	32
QUADRO 29: TRANSFERÊNCIAS, 2015-2018.....	33
QUADRO 30: DESPESAS DE INVESTIMENTO, 2015-2018.....	34
QUADRO 31: OUTRAS DESPESAS, 2015-2018.....	35
QUADRO 32: COMPROMISSOS, 2015-2018.....	37
QUADRO 33: GRANDES OPÇÕES DO PLANO, 2015-2018.....	39
QUADRO 34: GOP POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL, 2015-2018.....	40
QUADRO 35: BALANÇO - ATIVO LÍQUIDO, 2015-2018.....	43
QUADRO 36: IMOBILIZADO FIRME, 2015-2018.....	46
QUADRO 37: INVESTIMENTOS FINANCEIROS, 2015-2018.....	46



LISTA DE QUADROS

QUADRO 38: ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS, 2015-2018.....	48
QUADRO 39: BALANÇO - FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO, 2015-2018.....	49
QUADRO 40: DÍVIDAS A TERCEIROS, 2015-2018.....	52
QUADRO 41: DÍVIDA A TERCEIROS POR EXIGIBILIDADE, 2015-2018.....	52
QUADRO 42: ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS, 2015-2018.....	53
QUADRO 43: DÍVIDA BANCÁRIA MLP, 2015 – 2018.....	54
QUADRO 44: SERVIÇO DA DÍVIDA MLP, 2015 – 2018.....	54
QUADRO 45: LOCAÇÃO FINANCEIRA, 2015 – 2018.....	55
QUADRO 46: EMPRÉSTIMOS MLP, 2015 – 2018.....	55
QUADRO 47: EMPRÉSTIMOS CP, 2015 – 2018.....	56
QUADRO 48: DEMONSTRAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA REGRA DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL*, 2018... ..	57
QUADRO 49: RESULTADOS OPERACIONAIS, 2015-2018.....	60
QUADRO 50: RESULTADOS FINANCEIROS, 2015-2018.....	62
QUADRO 51: RESULTADO DE OPERAÇÕES EXTRAORDINÁRIAS, 2015-2018.....	63

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: EVOLUÇÃO DE EXECUÇÃO DA RECEITA SALDO DA GERÊNCIA, 2015-2018.....	9
GRÁFICO 2: EVOLUÇÃO DE EXECUÇÃO DA RECEITA CORRENTE / CAPITAL / OUTRAS, 2015- 2018 (SEM UTILIZAÇÃO SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR).....	10
GRÁFICO 3: ESTRUTURA DAS RECEITAS CORRENTES, 2018.....	11
GRÁFICO 4: ESTRUTURA DAS RECEITAS DE CAPITAL, 2018.....	13
GRÁFICO 5: EVOLUÇÃO DE EXECUÇÃO DA DESPESA, 2015-2018.....	24
GRÁFICO 6: EVOLUÇÃO DE EXECUÇÃO DA DESPESA CORRENTE / CAPITAL, 2015-2018.....	25
GRÁFICO 7: ESTRUTURA DAS DESPESAS CORRENTES, 2018.....	26
GRÁFICO 8: ESTRUTURA DA DESPESA CORRENTE, 2015-2018.....	27
GRÁFICO 9: ESTRUTURA DAS DESPESAS DE CAPITAL, 2018.....	27
GRÁFICO 10: ESTRUTURA DA DESPESA DE CAPITAL, 2015-2018.....	29
GRÁFICO 11: DESPESA REALIZADA POR UNIDADES ORGÂNICAS, 2018.....	36
GRÁFICO 12: COMPROMISSOS ASSUMIDOS POR PAGAR POR UNIDADES ORGÂNICAS.....	37
GRÁFICO 13: COMPROMISSOS TRANSITADOS / RECEITA DO ANO (%), 2015-2018.....	38
GRÁFICO 14: ESTRUTURA DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO, 2018 ORÇAMENTO / EXECUÇÃO.....	39
GRÁFICO 15: GRANDES OPÇÕES DO PLANO, 2018.....	40
GRÁFICO 16: GRANDES OPÇÕES DO PLANO POR OBJETIVOS, 2018.....	41
GRÁFICO 17: ATIVO LÍQUIDO, 2018.....	42
GRÁFICO 18: COMPONENTES DO ATIVO LÍQUIDO, 2015-2018.....	43
GRÁFICO 19: ESTRUTURA DO IMOBILIZADO, 2015-2018.....	45
GRÁFICO 20: ESTRUTURA DO CIRCULANTE, 2015-2018.....	47
GRÁFICO 21: FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO, 2018.....	48

**LISTA DE GRÁFICOS**

GRÁFICO 22: FUNDOS PRÓPRIOS, 2018.....	49
GRÁFICO 23: COMPONENTES DOS FUNDOS PRÓPRIOS, 2015-2018.....	50
GRÁFICO 24: PASSIVO, 2018.....	51
GRÁFICO 25: ESTRUTURA DO PASSIVO, 2015-2018.....	51
GRÁFICO 26: DÍVIDA DE CURTO E DE MÉDIO E LONGO PRAZO, 2015-2018.....	53
GRÁFICO 27: EVOLUÇÃO DOS PAGAMENTOS EM ATRASO, 2015-2018.....	57
GRÁFICO 28: PROVEITOS OPERACIONAIS, 2015-2018.....	60
GRÁFICO 29: CUSTOS OPERACIONAIS, 2015-2018.....	61
GRÁFICO 30: ESTRUTURA DE RESULTADOS CORRENTES, 2015-2018.....	63
GRÁFICO 31: COMPOSIÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO, 2015- 2018.....	64



1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

No quadro macroeconómico a economia portuguesa registou um abrandamento no seu crescimento, posicionando-se nos 2,1 pontos percentuais (p.p), descendo 0,7 p.p. abaixo da expansão de 2,8% observada em 2017, situação causada pelo baixo crescimento das exportações, pois segundo dados estatísticos do Banco de Portugal, este indicador sofreu uma quebra passando de 7,8 p.p. para 3,7%.

A taxa de desemprego relativamente a 2018 fixou-se nos 7%, menos 1,9 p.p. relativamente a 2017, e a criação de emprego com um aumento de 1,4%, a subida mais fraca desde 2014 da proclamada saída do programa de ajustamento da *troika*. Variáveis como a incerteza e risco por parte dos empresários condicionaram o investimento em Portugal, o qual registou um abrandamento significativo de 9,2 p.p em 2017 para 5,6 p.p no ano de 2018.

Por outro lado, o envelhecimento da população também cria limitações ao contributo do fator trabalho para o crescimento económico, pelo que a aposta no capital humano afigura-se essencial para promover o crescimento a longo prazo.

Outro elemento que merece destaque neste contexto macroeconómico é o setor do turismo, o qual tem tido um contributo importante para a manutenção da capacidade de financiamento da economia portuguesa face ao exterior. Este setor tem vindo a ganhar importância no Produto Interno Bruto e no emprego.

Setúbal nos últimos anos tem apostado fortemente no setor turístico, procurando ativamente novos investimentos nos mais variados setores da economia fortalecendo assim o tecido empresarial, promovendo a criação de novos postos de trabalho, e melhorando as condições de vida dos munícipes. Para tal, foram efetuados investimentos públicos na qualificação urbana do concelho, renovando vias rodoviárias e praças, apostando em arte pública, em novos e qualificados equipamentos culturais cuja oferta constitui, hoje, um forte atrativo.

Os agentes económicos estão cada vez mais confiantes e acreditam nas potencialidades desta região, não só pelo facto de termos um dos portos comerciais mais importantes do país como também em termos de acessibilidades, pois encontra-se muito perto da capital e do aeroporto, o que por si só, gera maior atratividade.

Várias foram as atividades desenvolvidas por este Município para promover o desenvolvimento da cidade e aumentar a qualidade de vida dos seus munícipes. A política de proximidade com a população e a sua participação na gestão autárquica em muito contribuiu para dinamizar a cidade, destacamos alguns projetos: Setúbal mais bonita, Ouvir a população, Construir o Futuro e o programa Nosso Bairro, Nossa Cidade.

Após vários anos a reivindicar a gestão das zonas balneares, em 2018 o Município de Setúbal assumiu a gestão das praias do concelho, pelo que celebrou um acordo com a entidade Infraestruturas de Portugal, a proprietária da estrada nacional 379-1, para adotar medidas para garantir a segurança de todos e a preservação ambiental da Arrábida. Com o aumento exponencial do turismo nesta região, as condições de circulação do trânsito automóvel agravaram-se significativamente, exigindo redefinir um plano de circulação e acesso às praias que garantisse a segurança de todos.



No decorrer do ano, numa ótica de descentralização de competências o governo lança a Lei n.º 50/2018 que visa transferir um conjunto de matérias para a tutela das Autarquias Locais e para as entidades intermunicipais, com as alterações operadas pela Lei n.º 51/2018, da mesma data, à Lei das Finanças Locais (Lei n.º 73/2013), abrangendo vários setores da economia (educação, saúde, cultura, Freguesias e outras). A transferência de todos estes encargos sem o correspondente financiamento, projeta um cenário de agravamento e degradação do serviço público, bem como a colocação de novos e sérios problemas à gestão das autarquias, nomeadamente, dar resposta atempada aos problemas das populações, pelo que a decisão deste executivo foi a rejeição da transferência dessas competências.

O ano 2018 também foi pautado por um facto, não menos relevante, como o descongelamento das carreiras da função pública, que permitiu uma recuperação do rendimento das famílias que, por conseguinte, se repercutiu na economia local e nacional. O consumo privado, segundo dados oficiais do Instituto Nacional de Estatística, apresenta uma ligeira subida para 2,5% face aos 2,3% apurados no ano transato.

No ano em apreço entrou em vigor o novo Código dos Contratos Públicos (CCP), regulado pelo Decreto Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, a qual resultou da obrigatoriedade de transposição de diretivas europeias sobre contratação pública. Esta revisão ao CCP procurou simplificar, desburocratizar e flexibilizar os procedimentos de formação dos contratos públicos, com vista aumentar a eficiência da despesa pública, e por outro lado, ser um instrumento de estímulo à atividade das pequenas e médias empresas.

Outra medida determinante na gestão do Município foi a integração dos trabalhadores precários no mapa do quadro do pessoal através do PREVPAP - programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública, publicada através da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, o qual permitiu regularizar o vínculo laboral com 138 trabalhadores que satisfaziam as necessidades permanentes, com sujeição à hierarquia e horário completo do serviço, sem vínculo jurídico adequado, em diversas áreas funcionais.

Em termos de transferências de fundos europeus e acesso aos diversos programas de financiamento, o Município de Setúbal está integrado na Área Metropolitana de Lisboa, considerada uma das NUTS mais desenvolvidas do país, o que se traduz num PIB per capita superior ao da média nacional. A verdade é que a região de Setúbal tem menos de metade do PIB da região de Lisboa, verificando-se uma redução na distribuição das verbas dos fundos comunitários. O futuro passará por uma distribuição mais equitativa, ajudando assim a redinamizar a região e o investimento empresarial e social, público e privado, com as naturais consequências positivas para a criação de emprego e o bem-estar da população que aqui reside.



2. ANÁLISE ORÇAMENTAL GLOBAL

2.1. VISÃO GLOBAL

O presente relatório reflete a execução do Orçamento do Município de Setúbal referente ao ano de 2018, o qual foi elaborado nos termos do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, cumprindo o disposto no ponto 13, do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).

O documento prestará informação em termos de contabilidade orçamental e patrimonial, onde procura dar uma imagem sobre a execução das receitas e despesas no momento respetivo do recebimento e pagamento, bem como, efetuar uma análise financeira, económica e patrimonial, assentando numa análise às rubricas do balanço e demonstração dos resultados, permitindo igualmente, apurar os níveis de endividamento da autarquia, de acordo com as exigências da Lei das Finanças Locais.

O executivo municipal desenvolveu prioritariamente a sua atividade em torno de áreas sociais como a educação, habitação, ordenamento do território, saneamento, cultura e desporto, e ainda, no desenvolvimento da economia local com investimentos na coesão territorial do concelho.

Assim, as prioridades centraram-se essencialmente nas funções sociais, que consumiram mais de 66% da despesa global, seguida pelas funções económicas, que assumiram um peso de 22% e, posteriormente, pelas outras funções com 8%.

No âmbito das funções sociais os recursos foram especialmente direcionados para a habitação (14 milhões de euros), a educação (3,3 milhões de euros), o ordenamento do território (3,6 milhões de euros), e a cultura (4,2 milhões de euros).

No caso das funções económicas, as áreas que assumiram um papel preponderante centraram-se no sector de energia, no turismo e na requalificação da rede viária, pois são áreas que são emergentes na sua atuação, não só no sentido de melhorar as condições de vida dos residentes, como também fomentar uma aposta no turismo, visto ser uma região com condições naturais que pela sua diversidade propiciam a vinda de muitos visitantes, quer em termos de praias, prática de desporto, gastronomia, e um vasto património histórico e cultural.

Nas outras funções, a ênfase centrou-se nas despesas com a aquisição de software informático, e na promoção e divulgação de diversas iniciativas desenvolvidas pela autarquia.

Em termos gerais, a receita orçamental comparativamente ao ano transato apresentou um acréscimo de 9%, causada essencialmente pelo aumento das receitas de capital em cerca de 8,1 milhões de euros. Por outro lado, no ano de 2018, a receita corrente, apesar de apresentar um comportamento descendente face ao ano anterior, excedeu o montante das despesas correntes, cumprindo assim o disposto no ponto 3.1.1 do POCAL, ou seja, que o orçamento deve prever os recursos necessários para cobrir todas as despesas, e as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes.

Foram cumpridas as regras do equilíbrio orçamental definidas no Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, consagrado na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.



Na ótica patrimonial importa resumidamente destacar:

- O Ativo municipal apresenta um acréscimo de 5,4 milhões de euros, causado principalmente pelo aumento do imobilizado, disponibilidades e acréscimos e diferimentos.
- Os Fundos Próprios e Passivo, registam um valor de 411 milhões de euros, traduzindo-se num ligeiro aumento face ao período homólogo.
- Os pagamentos em atraso apresentam a 31 de dezembro o montante de 5,4 milhões de euros, confirmando uma tendência decrescente já corroborada nos últimos três anos, correspondendo a uma redução de 12%, face ao ano anterior.
- Constatou-se a redução da dívida total em 306 mil euros, alcançando-se no final do ano uma margem utilizável de, aproximadamente, 11 milhões de euros.
- Foi apurado um Resultado Líquido do Exercício de 633 mil euros.

2.2. MAPA DOS FLUXOS DE CAIXA

A interação de operações orçamentais e não orçamentais (designadas operações de tesouraria) é representada no mapa dos fluxos de caixa, que evidencia influxos e exfluxos financeiros ocorridos no exercício, assim como os saldos iniciais e finais, refletindo deste modo os saldos das disponibilidades registados na contabilidade patrimonial.

Diferencia os recebimentos e pagamentos relativos à execução orçamental, segmentando-os em “correntes” e de “capital”, assim como as operações de tesouraria, que se tratam de valores recebidos ou retidos para posterior entrega a terceiros, cujo saldo integra as respetivas contas de balanço.

Neste mapa, os valores apresentados são expurgados dos efeitos relativos às amortizações, provisões e de acréscimos, o que torna simples a análise do processo de despesa e de receita e dos saldos de gerência relativamente à sua origem.

QUADRO 1 – RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA, 2018

Recebimentos		Pagamentos	
Saldo da Gerência Anterior	1.671.536	Despesas Orçamentais	88.794.206
Execução Orçamental	85.244	Correntes	61.563.314
Operações de Tesouraria	1.586.292	Capital	27.230.892
Receitas Orçamentais	88.766.607	Operações de Tesouraria	6.274.927
Correntes	71.979.583		
Capital	16.722.477	Saldo para a Gerência Seguinte	2.006.447
Outras	64.547	Execução Orçamental	57.645
		Operações de Tesouraria	1.948.802
Operações de Tesouraria	6.637.437		
Total	97.075.580	Total	97.075.580



Assim, o saldo da gerência anterior foi de 1.671.536 euros, desdobrado em disponibilidades provenientes de operações orçamentais de, aproximadamente 85 mil euros e de operações de tesouraria de 1.586 milhares.

Durante o exercício de 2018, no que diz respeito às operações orçamentais, as receitas cobradas ascenderam a 88.766.607 €, e os pagamentos, por sua vez, totalizaram o montante de 88.794.206 €, originando um saldo para gerência seguinte de 57.645 €.

De notar que as receitas correntes excederam em 17% as despesas correntes.

No que concerne às operações de tesouraria, o valor de recebimentos do ano, acrescido do saldo inicial, superou os pagamentos efetuados, no montante de 1.948.802 €, que corresponde ao saldo a transportar para a gerência seguinte.

A variação de saldos de operações orçamentais e não orçamentais, nos últimos 4 anos, está apresentada no quadro a seguir.

QUADRO 2: SALDOS NO INÍCIO E NO FIM DO EXERCÍCIO, 2015-2018

Descrição	2015	2016	2017	2018	Δ 2018/2017, EUR	Δ 2018/2017, %
Execução Orçamental:						
Saldo da Gerência Anterior	2.240.414	6.024.866	1.184.730	85.244	-1.099.486	-93%
Saldo para a Gerência Seguinte	6.024.866	1.184.730	85.244	57.645	-27.599	-32%
Varição anual	3.784.452	-4.840.136	-1.099.486	-27.599		
Operações de Tesouraria:						
Saldo da Gerência Anterior	1.750.395	1.486.763	1.542.796	1.586.292	43.495	3%
Saldo para a Gerência Seguinte	1.486.763	1.542.796	1.586.292	1.948.802	362.510	23%
Varição anual	-263.632	56.033	43.495	362.510		

2.3. RECEITAS

Para efeitos de uma melhor observação dos valores apresentados foi considerada a receita total, distribuída entre receitas correntes e de capital, com uma soma parcial ou subtotal. No segmento inferior encontramos as outras receitas, divididas em reposições não abatidas nos pagamentos e no saldo de gerência anterior.

A análise sem consideração do saldo utilizado da gerência anterior favorece uma melhor compreensão de cobranças efetuadas no ano.

QUADRO 3: RECEITA TOTAL, 2015-2018

Descrição	2015	2016	2017	2018			Taxa Exec. %	Δ 2018/2017, %
				Previsão	Liquidação	Cobrança		
Receita Corrente	66.997.873	70.336.854	72.465.411	89.589.900	70.365.290	71.979.583	80%	-1%
Receita Capital	14.405.581	12.897.720	8.591.488	39.887.600	16.812.450	16.722.477	42%	95%
Subtotal	81.403.454	83.234.574	81.056.899	129.477.500	87.177.740	88.702.060	69%	9%
Outras Receitas:	2.273.925	6.068.491	1.243.125	85.244	150.674	149.791	176%	-88%
Reposições n/Abatidas nos Pag.	33.511	43.626	58.395	0	65.430	64.547		11%
Saldo da Gerência Anterior	2.240.414	6.024.865	1.184.730	85.244	85.244	85.244	100%	-93%
Total Receitas	83.677.379	89.303.065	82.300.024	129.562.744	87.328.414	88.851.851	69%	8%
Total s/ Saldo da Gerência Anterior	81.436.965	83.278.200	81.115.294	129.477.500	87.243.170	88.766.607	69%	9%



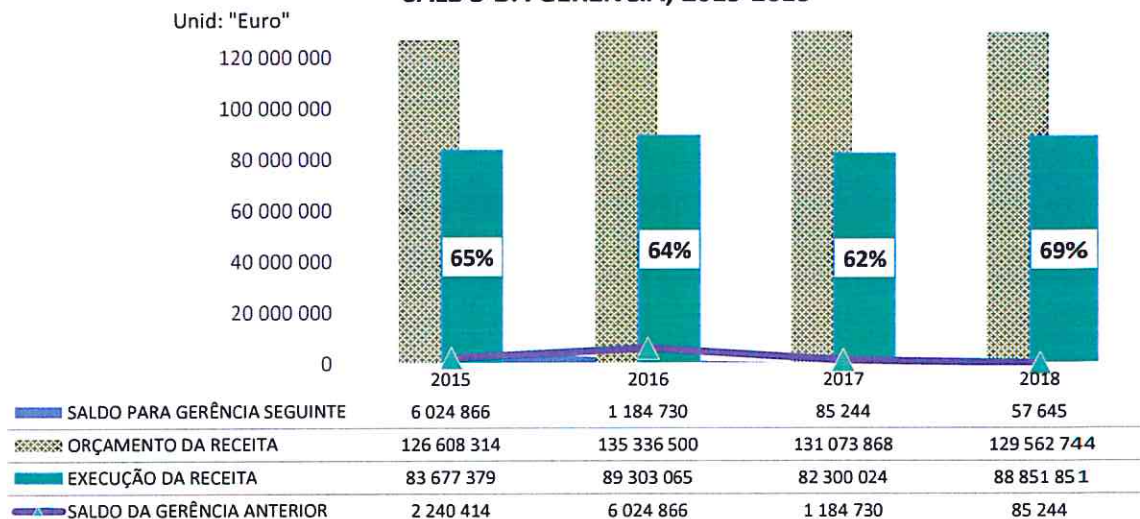
A Receita Total do ano 2018 atingiu o montante de 88,9 milhões de euros, estando incluso o valor do saldo de gerência anterior. Excluindo o efeito causado pela utilização do saldo, as cobranças de 2018 totalizaram 88,8 milhões de euros, registado um incremento de 9%, comparando-se com o ano anterior.

No quadriénio em análise no quadro supra, podemos verificar que receita corrente apresenta uma tendência crescente até 2017, registando-se ligeira quebra de 1%, em 2018, o que representa, em termos globais, um decréscimo de 486 mil euros.

No que diz respeito à receita de capital, e após os decréscimos verificados no período 2015-2017, em 2018, registou-se uma expressiva subida, na ordem dos 95%, que se traduz num incremento acima de 8 milhões de euros, beneficiando das rubricas de transferências de capital e de passivos financeiros, como iremos detalhar mais adiante.

A observação do gráfico abaixo permite inferir sobre a taxa de execução da receita ao longo do quadriénio.

**GRÁFICO 1: EVOLUÇÃO DE EXECUÇÃO DA RECEITA
SALDO DA GERÊNCIA, 2015-2018**

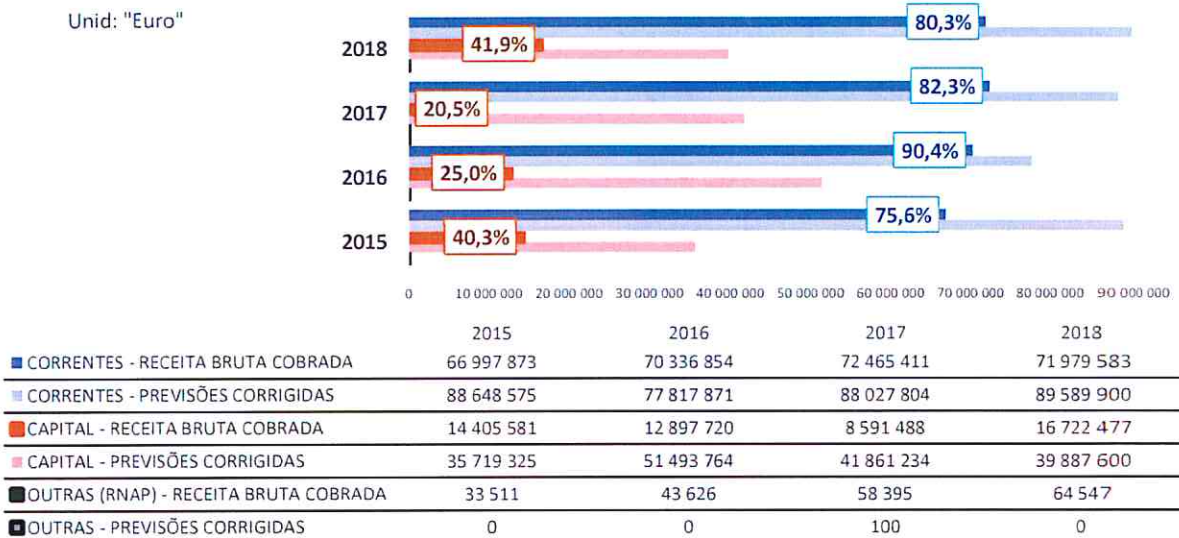


Partindo da análise da evolução de receita sem utilização do saldo de gerência anterior, irrelevante nos últimos dois anos, em 2018, constata-se uma melhoria na execução do orçamento da receita, apresentando um incremento de 9%, face a 2017, com uma variação positiva de 7,7 milhões de euros.

O gráfico a seguir permite visualizar a execução e evolução da receita, tanto corrente como de capital e outras, de forma detalhada por previsões corrigidas e receita cobrada. Os valores apresentados não incluem a utilização do saldo de gerência anterior.



**GRÁFICO 2: EVOLUÇÃO DE EXECUÇÃO DA RECEITA
CORRENTE / CAPITAL / OUTRAS, 2015-2018
(SEM UTILIZAÇÃO DO SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR)**



Por previsão corrigida da receita entende-se a quantia inscrita em cada rubrica orçamental incluindo as previsões iniciais e as modificações ocorridas no período.

Por receita bruta cobrada entende-se, de grosso modo, a receita recebida bruta durante o exercício (também igual a receita líquida).

Em consideração ao gráfico apresentado, podemos observar que nas receitas correntes existiu um movimento crescente das previsões corrigidas no quadriênio apresentado, não tendo a receita cobrada acompanhado esse movimento na mesma proporção.

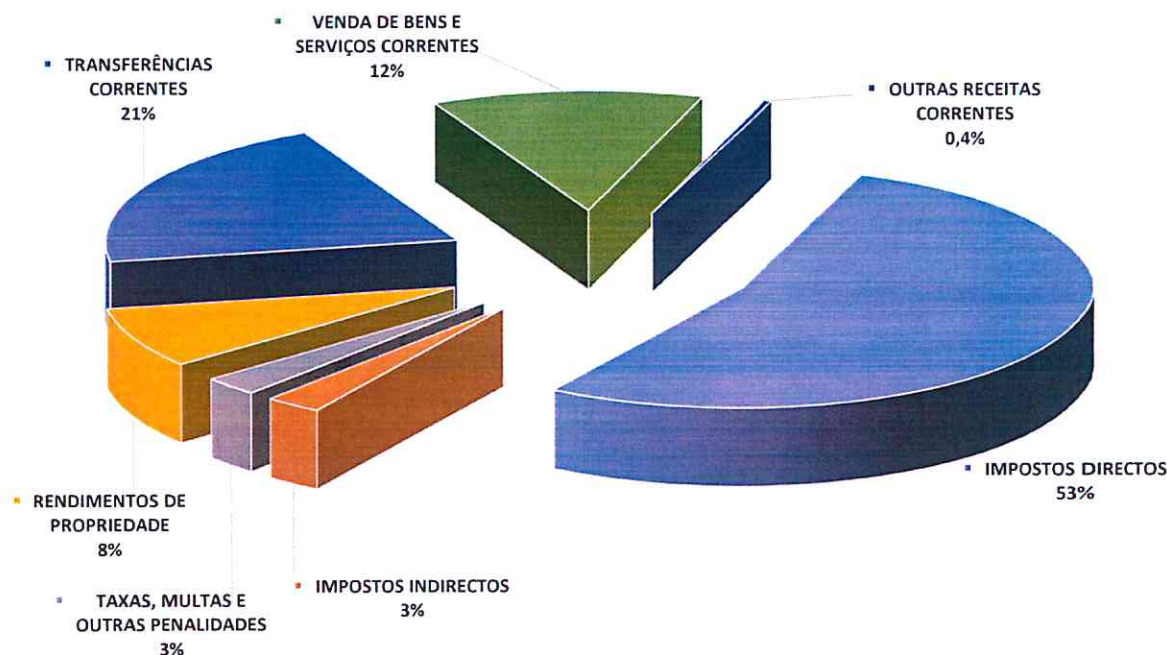
RECEITAS CORRENTES

Conforme evidenciado no gráfico a seguir, os impostos diretos constituem a principal fonte das receitas correntes do Município.

Se acrescentarmos as transferências correntes e a venda de bens e serviços, estes três componentes contribuem com 86% da receita cobrada no ano 2018.



GRÁFICO 3: ESTRUTURA DAS RECEITAS CORRENTES, 2018



QUADRO 4: RECEITAS CORRENTES, 2015-2018

Descrição	2015	2016	2017	2018	Δ 2018/2017, EUR	Δ 2018/2017, %
Impostos Diretos	39.161.955	39.466.423	40.615.408	38.412.898	-2.202.511	-5%
Impostos Indiretos	1.912.778	1.959.456	2.485.905	1.871.297	-614.608	-25%
Taxas, Multas e Outras penalidades	1.258.186	1.569.857	1.676.140	1.861.602	185.463	11%
Rendimentos de Propriedade	5.761.944	5.801.794	5.821.055	5.875.300	54.244	1%
Transferências Correntes	12.381.031	13.287.501	13.567.314	14.781.526	1.214.213	9%
Venda de Bens e Serviços Correntes	6.223.431	7.313.153	8.161.918	8.913.328	751.410	9%
Outras Receitas Correntes	298.548	938.669	137.671	263.632	125.961	91%
Total Receitas Correntes	66.997.873	70.336.854	72.465.411	71.979.583	-485.828	-1%

Na rubrica dos impostos diretos é contabilizado o produto da cobrança dos seguintes impostos:

- IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis;
- IMT - Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis;
- IUC - Imposto Único de Circulação;
- Derrama.

A receita arrecadada com os impostos diretos em 2018, totaliza 38,4 milhões de euros, representando cerca de 53% das receitas correntes do Município tendo, todavia, sido registada uma quebra na ordem dos 5%, face a 2017, por via do decréscimo nas cobranças do IMT e da Derrama.



O segundo componente mais relevante são as transferências, que apresentam um peso de 21% na estrutura das receitas correntes. Nestas são contabilizadas as transferências da Administração Central, assim como as transferências para os apoios às famílias e verbas recebidas dos privados no âmbito de diversas atividades municipais. No seu conjunto, tiveram um grau de execução de 102%, o que, comparando com o ano de 2017, revela um aumento de 9%, sendo que as transferências do estado são as que contribuíram para um melhor desempenho da rubrica (FEF - Fundo de Equilíbrio Financeiro / FSM - Fundo Social Municipal / Participação Variável no IRS).

As receitas da venda de bens e serviços correntes são decompostas em três grupos: (I) venda de bens; (II) serviços e (III) rendas. Este tipo de receita continuou com a tendência crescente verificada nos anos anteriores, com uma variação de 9%, face a 2017, o que se traduziu na arrecadação de mais de 751 mil euros.

Os rendimentos de propriedade incluem as receitas provenientes de ativos financeiros e de rendas de ativos não produtivos. Nesta rubrica, estão contabilizadas as rendas de concessão com a EDP (1,8 M €) e a renda de concessão com as Águas do Sado (4 M €). Apesar de terem um peso significativo, apresentaram um ligeiro decréscimo (1%), por comparação com 2017.

No que concerne aos impostos indiretos (proveniente das taxas de a loteamentos e obras e da taxa municipal de direitos de passagem), em 2018, verificou-se uma variação negativa de 615 mil euros, por comparação com o ano transato.

No que concerne às taxas, multas e outras penalidades, as quais incluem as receitas obtidas dos infratores da lei, posturas ou regulamentos, tiveram um desempenho positivo de 11 %, por relação ao ano de 2017. Contributo para esses valores, essencialmente, por via de taxas cobradas aos particulares, loteamentos e obras inclusive, e por aplicação de coimas.

Por último, o desempenho das outras receitas correntes foi positivo. Assim, muito embora tratando-se de uma rubrica residual, registou um acréscimo de 91%.

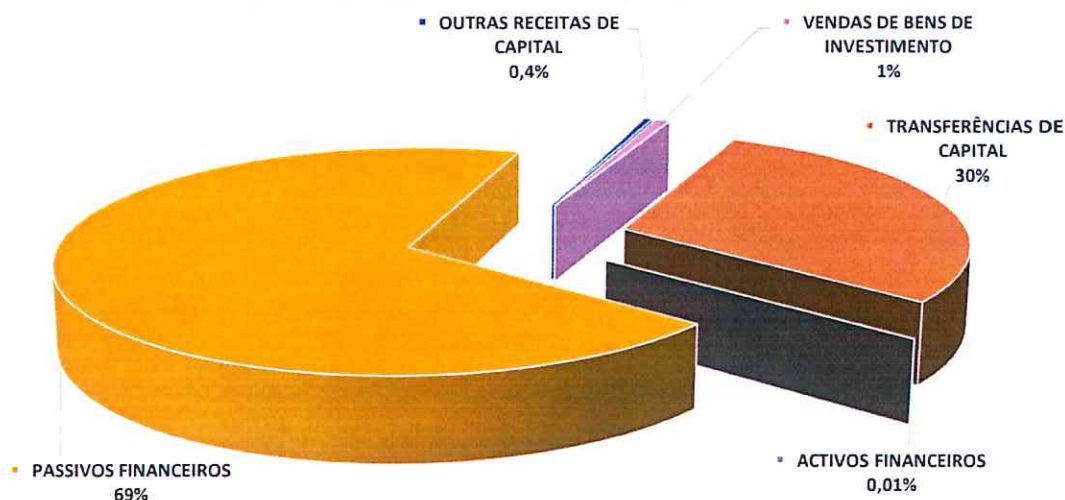
RECEITAS DE CAPITAL

No ano de 2018, as receitas de capital totalizaram o montante de 16,7 milhões de euros, registando uma variação positiva de 95%, face ano anterior.

Do total das receitas de capital, sensivelmente 99% provêm de passivos financeiros e de transferências de capital.



GRÁFICO 4: ESTRUTURA DAS RECEITAS DE CAPITAL, 2018



A evolução das receitas de capital no quadriénio em análise, encontra-se descrita no quadro seguinte.

QUADRO 5: RECEITAS DE CAPITAL, 2015-2018

Descrição	2015	2016	2017	2018	Δ 2018/2017, EUR	Δ 2018/2017, %
Vendas de Bens de Investimento	76.943	98.921	48.568	128.343	79.775	164%
Transferências de Capital	1.732.282	2.219.791	1.835.202	4.926.840	3.091.638	168%
Ativos Financeiros	21.415	421.884	56.074	2.463	-53.611	-96%
Passivos Financeiros	12.500.000	10.000.000	6.615.801	11.590.000	4.974.199	75%
Outras Receitas de Capital	74.942	157.125	35.843	74.831	38.988	109%
Total Receitas de Capital	14.405.581	12.897.720	8.591.488	16.722.477	8.130.989	95%

Por passivos financeiros, consideram-se as receitas obtidas pela contração de empréstimos de curto, médio e no longo prazo, assim como, as receitas derivadas pela emissão de obrigações. Desta forma, as receitas de passivos financeiros, que representam 69% na estrutura de receitas de capital, obtiveram uma subida de 75 %, face a 2017, justificada tanto pela contração de empréstimo de curto prazo, como pela utilização de empréstimos de médio longo prazo destinados a financiar projetos inscritos no Plano Plurianual de Investimentos e no Programa Portugal 2020.

Por outro lado, as transferências de capital, representando 30% das receitas, tiveram uma subida positiva em grande parte justificada pelas transferências referentes à participação em projetos comunitários.

O capítulo da venda de bens de investimento apresenta uma subida de 164 %. Este capítulo abarca os proveitos da alienação onerosa de bens de capital, desde que a respetiva aquisição ou construção tenham sido contabilizadas como investimento, dividindo-se em terrenos, habitações, edifícios e outros bens de investimento. A justificar o comportamento desta rubrica, esteve uma maior dinâmica na venda de terrenos e de habitações desenvolvida pelo Município.



Importa referir que a receita contabilizada em outras receitas de capital (cerca de 75 mil euros) se encontra relacionada com o auto de violação e consequente rescisão de contrato por facto imputável ao empreiteiro na empreitada de “Remodelação e Reabilitação das envolventes da EB/JI da Brejoira”.

Por último, a receita de 2018 contabilizada nos ativos financeiros (2,5 K €) provém de distribuição de dividendos da Setgás – Sociedade de Distribuição de Gás Natural, S.A., - exercícios 2016-2017 - em consequência da participação detida pelo Município.

OUTRAS RECEITAS

QUADRO 6: OUTRAS RECEITAS, 2015-2018

Descrição	2015	2016	2017	2018	Δ 2018/2017, EUR	Δ 2018/2017, %
Reposições n/Abatidas nos Pagamentos	33.511	43.626	58.395	64.547	6.152	11%
Saldo da Gerência Anterior	2.240.414	6.024.865	1.184.730	85.244	-1.099.486	-93%
Total Outras Receitas	2.273.925	6.068.491	1.243.125	149.791	-1.093.334	-88%

Em 2018, as reposições não abatidas nos pagamentos registaram um valor de 64,5 mil euros, dizendo respeito a receitas provenientes da entrada de fundos resultantes de pagamentos ocorridos em anos anteriores.

No ano em apreço foi utilizado o saldo da gerência anterior no valor de 85.244 mil euros.

RECEITA POR GRANDES AGREGADOS

De forma a simplificar a análise dos grupos de receita municipal, devem ser considerados os seguintes pressupostos:

- A receita fiscal, engloba os impostos locais, quer sejam diretos ou indiretos;
- A receita da atividade reúne a receita com origem nas taxas, multas e outras penalidades e também da venda de bens e serviços, com exceção da receita resultante da gestão do património municipal;
- A receita patrimonial totaliza as receitas originárias da gestão do património municipal, a qual abarca os rendimentos de propriedade, as rendas de habitação social, edifícios e outras; e a venda de bens de investimento;
- As transferências, respeitam a valores com origem em terceiros com natureza corrente ou de capital;
- Os empréstimos, correspondem aos passivos financeiros;
- As reposições não abatidas nos pagamentos, como já foi referido, dizem respeito à entrada de valores resultantes de pagamentos incorretos ocorridos em exercícios anteriores.


QUADRO 7: RECEITA POR GRANDES AGREGADOS, 2015-2018

Descrição	2015	2016	2017	2018	Δ 2018/2017, EUR	Δ 2018/2017, %
Receita Fiscal	39.161.955	39.466.423	40.615.408	38.412.898	-2.202.511	-5%
Receita de Atividade	7.971.937	10.962.284	11.589.178	12.072.784	483.605	4%
Receita Patrimonial	7.656.250	7.298.574	6.833.996	6.918.012	84.016	1%
Transferências	14.113.312	15.507.293	15.402.516	19.708.366	4.305.851	28%
Empréstimos	12.500.000	10.000.000	6.615.801	11.590.000	4.974.199	75%
Reposições n/Abatidas nos Pagamentos	33.511,24	43.625,92	58.394,96	64.547,28	6.152	11%
Total Receita (Ano)	81.436.965	83.278.200	81.115.294	88.766.607	7.651.313	9%

Podemos afirmar que na estrutura da receita municipal e no quadriénio em análise, não se registaram grandes oscilações, mantendo-se a relevância da receita fiscal, das transferências obtidas, da receita de atividade e os empréstimos, como agregados mais relevantes por esta ordem.

Do quadro supra, podemos observar que a receita fiscal continua a ter uma importância significativa, na ordem dos 43 %, seguida das transferências que contribuem com 22%, e da receita de atividade e dos empréstimos, com 13% cada, no total da receita de 2018.

Por fim, a receita patrimonial contribuiu com 8% e as reposições não abatidas nos pagamentos representam o peso residual de 0,1 %.

QUADRO 8: RECEITA FISCAL (IMPOSTOS DIRETOS), 2015-2018

Descrição	2015	2016	2017	2018	Δ 2018/2017, EUR	Δ 2018/2017, %
IMI / CA	25.288.844	25.538.648	24.056.013	24.182.970	126.957	1%
IMT / SISA	8.872.922	7.592.020	7.982.068	6.652.276	-1.329.793	-17%
IUC / IMV	2.847.258	2.790.038	2.872.712	3.049.665	176.953	6%
Derrama	2.152.930	3.545.717	5.704.615	4.527.987	-1.176.628	-21%
Total Receita Fiscal (Impostos Diretos)	39.161.955	39.466.423	40.615.408	38.412.898	-2.202.511	-5%

Relativamente à receita fiscal, mas unicamente a obtida por via dos impostos diretos, há que salientar que mesma perfez um total de 38,4 milhões de euros, sendo este montante 5% inferior ao verificado no exercício transato.

Contudo, e detalhando a estrutura relativa à receita fiscal obtida pelos impostos diretos, assinala-se que a receita de IMI continua a ter grande preponderância representando cerca de 63% do total obtido. O IMT e a Derrama contribuem, respetivamente, com 17% e 12% para o global da receita arrecadada. Por fim, o IUC com uma contribuição de 8% do total da receita fiscal.

Para melhor compreensão do comportamento da receita do IMI apresentamos o quadro a seguir.



QUADRO 9: RECEITA IMI, 2015-2018

Ano de Liquidação do IMI	2015	2016	2017	2018	2016-2015	2017-2016	2018-2017
Ano do imposto	2014	2015	2016	2017	2015-2014	2016-2015	2017-2016
Tx IMI	0,50%	0,50%	0,45%	0,45%	EUR	EUR	EUR
					Tx = ano anterior	Redução Tx -0,05%	Tx = ano anterior
Ano	26.292.970	26.258.374	23.891.597	23.762.256	-34.597	-2.366.777	-129.340
Anos anteriores	30.494	96.142	29.489	16.864	65.649	-66.653	-12.625
IMI - Total Liquidação - ano (N-1)	26.323.464	26.354.516	23.921.086	23.779.121	31.052	-2.433.430	-141.966
Município - Receita IMI - ano N	25.279.818	25.399.153	21.329.781	23.866.001	119.335	-4.069.372	2.536.220
Juntas de Freguesia - Receita IMI - ano N	244.660	347.048	241.249	251.236	102.388	-105.799	9.987
Total receita IMI - ano N	25.524.478	25.746.201	21.571.030	24.117.236	221.723	-4.175.171	2.546.206
Cobrança IMI - Liquidação, EUR	-798.985	-608.315	-2.350.056	338.116			
Cobrança IMI / Liquidação, %	-3%	-2%	-10%	1%			

É de mencionar que a redução da taxa máxima, referente ao ano de imposto de 2016, teve um impacto negativo na liquidação de 2017 na ordem de 2,4 milhões de euros. Esta redução da taxa máxima foi difundida por via do Orçamento de Estado para 2016.

Comparando 2018 com 2017, e considerando que a taxa aprovada não sofreu alterações, a redução da liquidação do IMI em 142 mil euros, ficou a dever-se aos benefícios fiscais introduzidos pelo Município no que concerne à regeneração de prédios devolutos e degradados abrangidos nas Áreas de Reabilitação Urbana de Setúbal e Azeitão.

Na análise dos desvios verificados entre a receita liquidada e a receita efetivamente cobrada, deve ter-se em consideração os montantes a transferir para as Juntas de Freguesias, conforme o disposto no Artigo 23º, da Lei n.º 73/2013 (Lei das Finanças Locais).

Ainda em relação ao valor da receita do IMI de 2018, verificou-se a recuperação em cerca de 2 M € devido à recuperação de cobrança liquidada nos anos anteriores, como atesta o quadro infra na recuperação dos rácios relativos à diferença entre a cobrança e a liquidação do imposto.

Relativamente ao IMT, e contrariamente à tendência verificada na dinâmica do mercado imobiliário, a receita apresenta um desvio negativo, face a 2017. Assim, importa esclarecer que apesar de ter existido um aumento na cobrança do imposto na ordem dos 29% a favor do Município, os reembolsos emitidos pela AT-Autoridade Tributária, relativamente ao imposto de anos anteriores, contribuem para o desvio verificado (-1,3 M €). Essa dedução de valor de imposto devolvido teve como consequência que, nos meses de janeiro a abril de 2018, não tenha ocorrido qualquer transferência de receita relativamente ao citado imposto para o Município.

QUADRO 10: RECEITA PROVENIENTE DA ATIVIDADE MUNICIPAL, 2015-2018

Descrição	2015	2016	2017	2018	Δ 2018/2017, EUR	Δ 2018/2017, %
TAXAS ESPECÍFICAS DAS AUTARQUIAS LOCAIS	3.170.964	3.529.313	4.162.045	3.732.899	-429.146	-10%
Impostos Indiretos	1.912.778	1.959.456	2.485.905	1.871.297	-614.608	-25%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	1.258.186	1.569.857	1.676.140	1.861.602	185.463	11%
VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	4.427.483	6.337.177	7.253.619	8.001.421	747.802	10%
OUTROS	373.489	1.095.793	173.514	338.463	164.949	95%
Total Receita da Atividade Municipal	7.971.937	10.962.284	11.589.178	12.072.784	483.605	4%



Da análise do quadro supra, que desagrega a receita proveniente da atividade municipal durante o quadriénio 2015-2018, podemos verificar a tendência crescente na sua arrecadação. Totalizando 12 M €, em 2018, este tipo de receita significou uma subida em mais 4% por comparação ao ano anterior.

Para este desempenho, com um contributo de 66%, no total do agregado, tem principal destaque a venda de bens e serviços correntes, em que a variação de 10%, face a 2017, representou a arrecadação de mais de 747 milhares de euros.

Também com uma variação positiva em relação ao ano anterior, ainda que tenha um peso de 3% no total do agregado, esteve a rubrica Outros, onde se inclui outras receitas correntes e outras receitas de capital.

Comportamento inverso teve a rubrica taxas específicas das autarquias locais, a representar uma variação negativa de 10%. A contribuir para um pior desempenho, esteve a receita proveniente dos impostos indiretos, com uma variação negativa de 25%, não compensada pela subida da receita das taxas, multas e outras penalidades.

QUADRO 11: TAXAS ESPECÍFICAS DAS AUTARQUIAS LOCAIS, 2015-2018 (ATIVIDADE MUNICIPAL)

Descrição	2015	2016	2017	2018	Δ 2018/2017, EUR	Δ 2018/2017, %
Mercados e Feiras	437 038	530 632	515 041	506 907	-8 134	-2%
Loteamentos e Obras	1 031 680	1 402 463	2 088 844	1 881 593	-207 250	-10%
Ocupação da Via Pública	374 489	287 495	304 653	311 163	6 511	2%
Publicidade	92 421	132 133	61 882	126 961	65 080	105%
Taxa Municipal Proteção Civil	911 204,16	873 235,80	822 193,95	502 079,57	-320 114	-39%
Outras Taxas	146 170,87	148 630,73	211 850,94	199 684,64	-12 166	-6%
Multas e Outras Penalidades	177 961,94	154 723,72	157 581,39	204 510,15	46 929	30%
Total Taxas	3 170 964	3 529 313	4 162 045	3 732 899	-429 146	-10%

Relativamente às taxas específicas das autarquias locais, é importante referir que a quebra global de 10%, em 2018, assenta, em grande parte, nas variações negativas de “loteamentos e obras” (que representam 50% de taxas específicas) e na “taxa municipal de proteção civil” (13%, a devolver às entidades em período posterior). Estas variações não foram devidamente compensadas pelo desempenho positivo dos outros componentes deste tipo de receita, como se pode aferir pelo seu peso em relação ao total.

De salientar, o desempenho da receita cobrada a título de publicidade em 2018, com uma subida de 105% face a 2017, que significou 3% do total da receita obtida neste agregado.

As multas e outras penalidades, obtiveram um acréscimo de 30% sendo responsável por um peso relativo de 5% no total do agregado da receita por taxas específicas das autarquias locais. O valor obtido de 204 milhares de euros, é justificado por melhores execuções, tanto na cobrança de juros de mora como na cobrança de coimas e penalidades por contraordenações.

Relativamente à venda de bens e serviços correntes (quadro na página seguinte), foi obtida uma cobrança de 8 M €, o que representou a arrecadação de mais 747 milhares de euros, comparativamente a 2017. Neste agregado de receita, o peso esmagador (93%) recaí na prestação de serviços.



QUADRO 12: VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES, 2015-2018 (ATIVIDADE MUNICIPAL)

Descrição	2015	2016	2017	2018	Δ 2018/2017, EUR	Δ 2018/2017, %
VENDA DE BENS	203.764	403.500	767.006	579.117	-187.889	-24%
SERVIÇOS	4.223.719	5.933.678	6.486.613	7.422.304	935.691	14%
Alimentação e Alojamento	0	10.770	89.870	224.368	134.498	150%
Serviços Recreativos	3.808	3.458	51.797	67.653	15.855	31%
Serviços Culturais	257.067	298.209	280.849	281.606	756	0%
Serviços Desportivos	288.453	341.312	273.341	248.143	-25.198	-9%
Resíduos Sólidos	2.717.836	4.311.937	4.820.987	4.986.946	165.959	3%
Cemitérios	195.140	132.276	167.268	191.583	24.314	15%
Feira de Santiago	226.259	186.543	253.191	274.600	21.409	8%
Outros Mercados e Feiras	43.990	76.144	32.725	41.746	9.021	28%
Parques de Estacionamento	259.664	326.693	235.374	827.344	591.969	252%
Outros	231.502	246.335	281.210	278.317	-2.893	-1%
Total Venda de Bens e Serviços	4.427.483	6.337.177	7.253.619	8.001.421	747.802	10%

Ao desagregar os “serviços” reflete-se o desempenho com alimentação e alojamento, onde é contabilizada a receita cobrada no Eco Parque do Outão e na Pousada de Juventude, com um aumento de 134 milhares de euros denotando o aumento da procura turística.

Por outro lado, a receita com os serviços recreativos, com um aumento de 31%, totaliza o montante de 67 mil euros. Esta abarca as receitas oriundas pela gestão dos equipamentos culturais e desportivos, tais como a Casa do Lago/Pousada da Juventude e as Piscinas das Manteigadas.

Os serviços culturais mantiveram-se praticamente inalterados face ao ano anterior. Nestes serviços são contabilizados o produto da receita obtida quer pelas bilheteiras dos equipamentos municipais, quer pelo aluguer das salas desses mesmos equipamentos.

As cobranças de serviços desportivos apresentaram um desempenho negativo de 9%, por comparação a 2017, representando uma perda de 25 mil euros. Aqui são contabilizadas as receitas de bilheteira e/ou de aluguer dos espaços municipais, nomeadamente o Complexo João do Santos, Piscina Municipal de Azeitão, Complexo Municipal de Atletismo e Pavilhão das Manteigadas, bem como a receita obtida em eventos desportivos.

As receitas demonstradas em “resíduos sólidos” têm origem nas transferências de cobranças da tarifa de RU através de faturação emitida por Águas do Sado e as cobranças por via de serviços prestados ao domicílio relativas à remoção de resíduos de construção/demolição e de resíduos verdes. Em 2018, a receita respeitante à prestação de serviços com resíduos urbanos totalizou o valor de 4,9 M€, uma subida de 3% por comparação a 2017, representando 62% nos Serviços.

O crescimento da receita, relativa à edição de 2018 da Feira de Santiago situa-se na ordem dos 8%, totalizando 275 mil euros, mais 21 mil euros em relação à edição de 2017.

Na rubrica de outros mercados e feiras, é contabilizada a receita obtida pela gestão dos mercados municipais, bem como, a ocupação de via pública aquando da realização de feiras ocasionais na área



geográfica do Concelho, tal como a Mostra de Antiguidades e Velharias. Conseguiu-se cobrar mais 9 mil euros, ou seja, uma variação positiva de 28% face ao período anterior.

No ano de 2018, o aumento da receita em 591 mil euros nos Parques de estacionamento, justifica-se pela conjugação de três fatores: (I) parte da receita de 2017 foi contabilizada em 2018, sendo este fator que mais influencia o desvio; (II) aumento no número de lugares de estacionamento e (III) e a celebração do protocolo de gestão das praias que possibilitou a tarifação do estacionamento.

Ainda dentro do agregado dos Serviços está a componente “outros”, que engloba as classificações díspares das anteriores, com um ligeiro desvio negativo de 1%

QUADRO 13: OUTRAS, 2015-2018 (ATIVIDADE MUNICIPAL)

Descrição	2015	2016	2017	2018	Δ 2018/2017, EUR	Δ 2018/2017, %
Outras Receitas Correntes	298.548	938.669	137.671	263.632	125.961	91%
Outras Receitas de Capital	74.942	157.125	35.843	74.831	38.988	109%
Total Outras Receitas	373.489	1.095.793	173.514	338.463	164.949	95%

Relativamente às outras receitas, importa esclarecer que estas se referem às receitas não tipificadas, com carácter residual.

Assim, nas outras correntes, encontram-se 8 mil euros referentes a um reembolso de IVA por parte da Autoridade Tributária e 255 mil euros de operações diversas decorrentes da atividade municipal.

Quanto às outras receitas de capital, a compensação proveniente da empreitada de “remodelação e reabilitação das envolventes da EB/JI da Brejoira, como já referido no capítulo de Receitas de Capital.

QUADRO 14: RECEITA PATRIMONIAL, 2015-2018

Descrição	2015	2016	2017	2018	Δ 2018/2017, EUR	Δ 2018/2017, %
Rendas de Habitação Soc., Edifícios e Outras	1.795.948	975.976	908.299	911.907	3.608	0%
Rendimentos de Propriedade	5.783.359	6.223.678	5.877.129	5.877.762	633	0%
Vendas de Bens de Investimento	76.943	98.921	48.568	128.343	79.775	164%
Total Receita Patrimonial	7.656.250	7.298.574	6.833.996	6.918.012	84.016	1%

Comparado com o ano anterior, em 2018, constata-se um aumento pouco significativo neste agregado.

As rendas de habitação social, edifícios e outras constituíram 13% da receita patrimonial do Município.

Os rendimentos de propriedade, de ativos financeiros e não produtivos, constituíram 85% da receita patrimonial, espelhados da seguinte forma:

- a renda de concessão da EDP, rendeu ao Município 1,8 milhões de euros, sendo este montante superior em 1% ao verificado em 2017;
- a renda referente à concessão dos Serviços Municipalizados, totalizou o montante de 4 milhões de euros;
- a distribuição de resultados do exercício de 2016 do FAM - Fundo de Apoio Municipal, no valor de 2.347 €;



- no capítulo das ações e outras participações, e por comparação a 2017, as mesmas obtiveram uma variação negativa de 96%, sendo que os dividendos apenas foram recebidos da Setgás, enquanto a Amarsul apresentou um resultado negativo no ano transato.

A venda de bens de investimento, tem uma execução de 128 milhares de euros, sendo que destes 89 mil euros advém das operações de venda de terrenos e os restantes 39 mil de euros resultam da alienação de habitações.

QUADRO 15: TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E DE CAPITAL, 2015-2018

Descrição	2015	2016	2017	2018	Δ 2018/2017, EUR	Δ 2018/2017, %
Obrigatórias - Estado (FEF+FSM+IRS)	10.880.390	11.820.089	12.169.225	13.530.281	1.361.056	11%
Fundos Comunitários	102.015	1.537.253	1.274.282	4.426.360	3.152.078	247%
Administração Central	3.127.257	2.037.868	1.825.664	1.716.417	-109.246	-6%
Outras	3.650	112.083	133.345	35.308	-98.037	-74%
Total Transferências	14.113.312	15.507.293	15.402.516	19.708.366	4.305.851	28%

As transferências correntes e de capital são os recursos financeiros obtidos sem qualquer compensação, com o objetivo de financiamento de despesas correntes, sem afetação predefinida ou para financiamento de despesa de capital.

Com o total obtido de 19,7 milhões de euros, as transferências constituíram uma das principais fontes das receitas municipais, tendo aumentado acima de 4 milhões de euros. Um dos principais componentes deste agregado são as transferências obrigatórias decorrentes do Orçamento de Estado, que significam 69% do total recebido. As transferências com origem em fundos comunitários correspondem à componente em que se verificou o maior aumento, por comparação ano anterior, com um impacto de mais 3,2 milhões de euros. As transferências provenientes da administração central apresentam uma cobrança na ordem de 1,7 milhões de euros, representando cerca de 9% do total, ainda que se tenha verificado um desempenho negativo.

Desagregando o mapa das transferências correntes e de capital e, iniciando pelo mapa relativo às transferências obrigatórias decorrentes do Orçamento de Estado, importa referir que este é composto pelas operações referentes ao Fundo de Equilíbrio Financeiro (Corrente e de Capital), Fundo Social Municipal, Participação variável no IRS.

Assim, relativamente ao Fundo de Equilíbrio Financeiro Corrente este significou uma receita de 4,6 milhões de euros, um aumento de 24%, face ao verificado no exercício anterior. Contudo, este desempenho apresenta uma distorção de 3,6 M € inscritos no mapa do Orçamento de Estado para 2018, relativamente ao FEF – Correntes, para os 4,6 M € contabilizados em receitas. Este desvio é justificado pela recuperação dos valores retidos nos períodos anteriores, por incumprimento de redução de pagamentos em atraso, referentes a exercícios de 2012-2013 (1,3 M €), como pela retenção efetuada por atraso nos deveres de informação (-330 K €), resultando numa arrecadação de receita superior em 2018.



QUADRO 16: TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS - ESTADO (FEF+FSM+IRS), 2015-2018

Descrição	2015	2016	2017	2018	Δ 2018/2017, EUR	Δ 2018/2017, %
FEF - Correntes:						
Orçamento Estado (1)	3.109.294	3.174.734	3.888.757	3.603.601	-285.156	-7%
Receita cobrada (2)	2.086.411	2.945.470	3.661.915	4.551.874	889.959	24%
Desvio = (2) - (1)	-1.022.883	-229.264	-226.842	948.273	1.175.115	-518%
FUNDO SOCIAL MUNICIPAL						
Orçamento Estado (1)	1.674.398	1.674.398	1.674.398	1.674.398	0	0%
Receita cobrada (2)	1.674.398	1.674.398	1.674.398	1.674.398	0	0%
Desvio = (2) - (1)	0	0	0	0	0	
PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS						
Orçamento Estado (1)	6.774.104	6.847.473	6.400.828	6.903.609	502.781	8%
Receita cobrada (2)	6.774.104	6.847.473	6.400.828	6.903.609	502.781	8%
Desvio = (2) - (1)	0	0	0	0	0	
FEF - Capital:						
Orçamento Estado (1)	345.477	352.748	432.084	400.400	-31.684	-7%
Receita cobrada (2)	345.477	352.748	432.084	400.400	-31.684	-7%
Desvio = (2) - (1)	0	0	0	0	0	

A Participação Variável no IRS, sendo uma das transferências obrigatórias decorrentes do Orçamento de Estado, teve um incremento de 8% relativo a 2017, tendo-se comportado em conformidade com as verbas inscritas nos mapas respetivos do Orçamento de Estado.

Em relação às transferências do Fundo de Equilíbrio Financeiro de Capital, constata-se que a redução verificada em 2018, face a 2017, está conforme o inscrito nos mapas respetivos do Orçamento de Estado.

Nas transferências vindas da Administração Central, que totalizaram 1,7 milhões de euros, verificou-se um decréscimo de 6%, com a diminuição das transferências da DGAE – Direção-Geral da Administração Escolar (-274 K €). No mesmo sentido, comportaram-se as transferências para os apoios às famílias (-37,2 K €), as quais englobam a comparticipação familiar no ensino/transportes e refeições. A receita respeitante ao protocolo celebrado com a Segurança Social também com o efeito de aumento de receita, reflete a contabilização em 2018 de valores transferidos em 2017.

Por último, e ainda inserido no quadro das transferências correntes e de capital, há que salientar o aumento da receita obtida através de fundos comunitários, que totalizou o valor de 4,4 milhões de euros, apresentando um aumento de 3,1 milhões de euros, comparando com 2017, sendo que as transferências decorrentes do FEDER e do Fundo de Coesão foram as que mais contribuíram para o aumento verificado (+1,4 M € e +1,7 M €, respetivamente).

Importa referir também as transferências do Fundo Social Europeu, respeitante ao financiamento do projeto “Setúbal, um Mundo de Desafios” no âmbito da operação “Planos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar”.



QUADRO 17: EMPRÉSTIMOS, 2015-2018

Descrição	2015	2016	2017	2018	Δ 2018/2017, EUR	Δ 2018/2017, %
EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO	12 500 000	10 000 000	3 000 000	6 800 000	3 800 000	127%
EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS			3 615 801,09	4 790 000	1 174 199	32%
Total EMPRÉSTIMOS	12 500 000	10 000 000	6 615 801	11 590 000	4 974 199	75%

Em 2018, os empréstimos constituíram cerca de 13% das receitas do Município, representando um aumento de 75%, por comparação com o ano de 2017.

No que diz respeito aos empréstimos de curto prazo, os mesmos foram responsáveis por 59% do total da receita obtida por esta via de financiamento, sendo que os restantes 41% couberam aos empréstimos de médio e longo prazo.

RECEITA LIQUIDADADA POR COBRAR

QUADRO 18: RECEITA LIQUIDADADA POR COBRAR, 2018

Descrição	Receita por cobrar no Início do Ano	Receita Liquidada	Liquidações Anuladas	Receita Cobrada Bruta	Reembol. Pagos	Receita Cobrada Líquida	Receita por cobrar no Fim do Ano
Impostos Diretos	73	44.589.880	6.177.055	38.412.898		38.412.898	0
Impostos Indiretos	3.677.890	1.880.122	1.782.759	1.871.297		1.871.297	1.903.956
Taxas, Multas e Outras Penalidades	1.675.991	2.258.493	158.253	1.861.602		1.861.602	1.914.629
Rendimentos de Propriedade	13.004.865	5.900.254	1.854	5.875.300		5.875.300	13.027.965
Transferências Correntes	528.488	15.285.017	433.444	14.781.526		14.781.526	598.534
Venda de Bens e Serviços Correntes	2.800.487	9.280.880	484.391	8.913.328		8.913.328	2.683.647
Outras Receitas Correntes	110.153	267.454	59.053	263.632		263.632	54.922
Vendas de Bens de Investimento	199	129.923	39	128.343		128.343	1.740
Transferências de Capital	98	5.015.273	0	4.926.840		4.926.840	88.531
Ativos Financeiros	0	2.463	0	2.463		2.463	0
Passivos Financeiros	0	11.590.000	0	11.590.000		11.590.000	0
Outras Receitas de Capital	932.922	74.831	0	74.831		74.831	932.922
Reposições Não Abatidas Nos Pagamentos	28.305	69.583	4.153	64.547		64.547	29.188
Saldo da Gerência Anterior	0	85.244	0	85.244		85.244	0
Total	22.759.471	96.429.415	9.101.001	88.851.851	0	88.851.851	21.236.034
Total s/ Saldo de Gerência utilizado	22.759.471	96.344.171	9.101.001	88.766.607	0	88.766.607	21.236.034

O Município de Setúbal efetuou uma liquidação de receita no montante de 96 milhões de euros, excluindo a utilização do saldo de gerência anterior, registando uma cobrança de 88,8 milhões de euros, o que resulta num saldo na ordem dos 21,2 milhões de euros por cobrar, o qual transita para a execução orçamental do ano seguinte, ainda assim, apresentando uma melhoria de 7% em relação ao período anterior, como se pode observar no quadro seguinte.

A concorrer para esse saldo, destacam-se as rubricas de:

- impostos indiretos 1,9 M €;
- taxas, multas e outras penalidades 1,9 M €;
- venda de bens e serviços correntes 2,7 M €;
- rendimentos de propriedade 13 M €, referente à faturação pendente procedente da concessão de gestão de água.



O quadro seguinte apresenta os valores de receita por cobrar no fim de cada exercício, para o quadriênio 2015-2018, e uma comparação entre os exercícios de 2018/2017.

QUADRO 19: RECEITA LIQUIDADADA POR COBRAR NO FINAL DO ANO, 2015-2018

Descrição	2015	2016	2017	2018	Δ 2018/2017, EUR	Δ 2018/2017, %
Impostos Diretos	0	73	73	0	-73	-100%
Impostos Indiretos	2.788.090	3.316.933	3.677.890	1.903.956	-1.773.934	-48%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	1.695.778	1.626.862	1.675.991	1.914.629	238.637	14%
Rendimentos de Propriedade	13.004.865	13.004.865	13.004.865	13.027.965	23.100	0%
Transferências Correntes	406.545	489.283	528.488	598.534	70.046	13%
Venda de Bens e Serviços Correntes	3.395.873	2.687.924	2.800.487	2.683.647	-116.839	-4%
Outras Receitas Correntes	15.840	41.957	110.153	54.922	-55.231	-50%
Vendas de Bens de Investimento	7.974	224	199	1.740	1.541	774%
Transferências de Capital	98	98	98	88.531	88.433	90394%
Ativos Financeiros	0	0	0	0	0	
Passivos Financeiros	0	0	0	0	0	
Outras Receitas de Capital	932.922	932.922	932.922	932.922	0	0%
Reposições Não Abatidas Nos Pagamentos	27.177	27.580	28.305	29.188	883	3%
Saldo da Gerência Anterior	0	0	0	0	0	
Total	22.275.162	22.128.721	22.759.471	21.236.034	-1.523.437	-7%
Total s/ Saldo de Gerência utilizado	22.275.162	22.128.721	22.759.471	21.236.034	-1.523.437	-7%

Assim, verifica-se que a estrutura de receita por cobrar no final de cada período se mantém concentrada nos agregados acima referidos.

Em 2018, verificou-se uma redução global de 7% de valores por cobrar. Analisando os itens destacados:

- Impostos Indiretos - mais especificamente o tocante a taxas de infraestruturas a contribuírem para a queda nesta rubrica;
- Venda de bens e serviços correntes - significam uma quebra de 116 mil euros face ao verificado no período anterior, com a componente serviços a darem o contributo para essa quebra;

Por fim, os aumentos mais significativos verificam-se nos seguintes itens:

- Taxas, multas e outras penalidades;
- Transferência de capital com origem nos fundos comunitários.

2.4. DESPESAS

As despesas são agrupadas pela sua natureza económica em despesas correntes e despesas de capital, sendo cada um desses grupos constituído por um conjunto de capítulos de agregados económicos.

O quadro seguinte resume, de acordo com a sua natureza económica, o total da despesa paga durante o ano de 2018, apresentando os respetivos desvios, níveis de execução e de evolução nos últimos quatro anos.

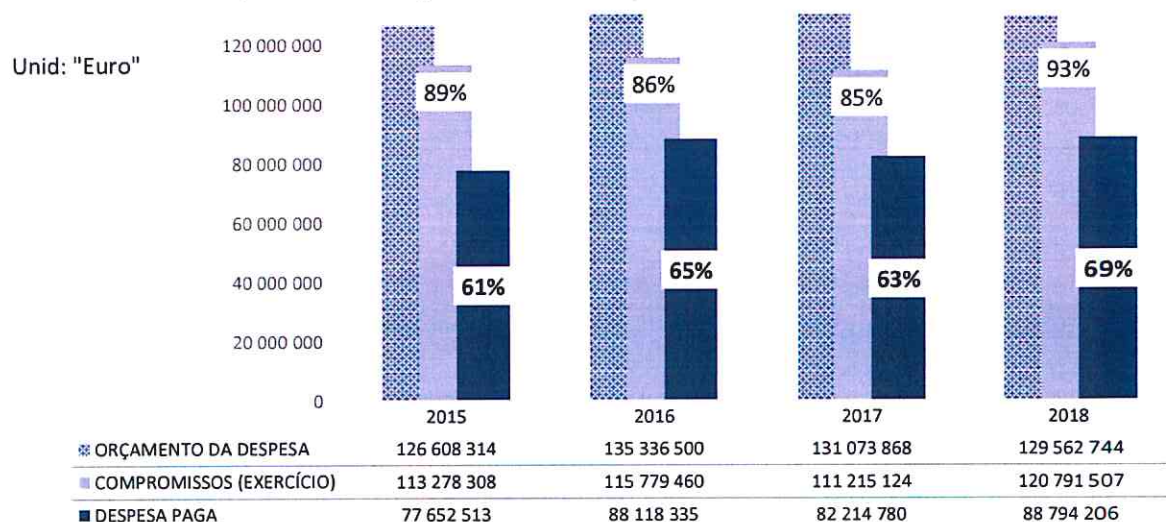


QUADRO 20: EVOLUÇÃO DA DESPESA, 2018

Descrição	2015	2016	2017	2018			Taxa Exec. %	Δ 2018/2017, %
				Dotação	Compromissos	Pago		
Despesa Corrente	57.002.130	57.735.539	59.642.460	78.299.200	75.637.854	61.563.314	79%	3%
Despesa de Capital	20.650.383	30.382.797	22.572.320	51.263.544	45.153.653	27.230.892	53%	21%
Total Despesa	77.652.513	88.118.335	82.214.780	129.562.744	120.791.507	88.794.206	69%	8%

Procedendo a uma análise mais detalhada e comparativamente com o período homologado, verifica-se que as despesas correntes exibem um acréscimo na ordem dos 3%, enquanto que as de capital, evidenciam um aumento de 21%.

GRÁFICO 5: EVOLUÇÃO DE EXECUÇÃO DA DESPESA, 2015-2018



No exercício de 2018, a despesa paga totaliza o montante de 88,8 milhões de euros, repartidos em despesas correntes no valor de 61,6 milhões de euros e despesas de capital no montante de 27,2 milhões de euros, consubstanciando a despesa global numa taxa de execução de 69%.

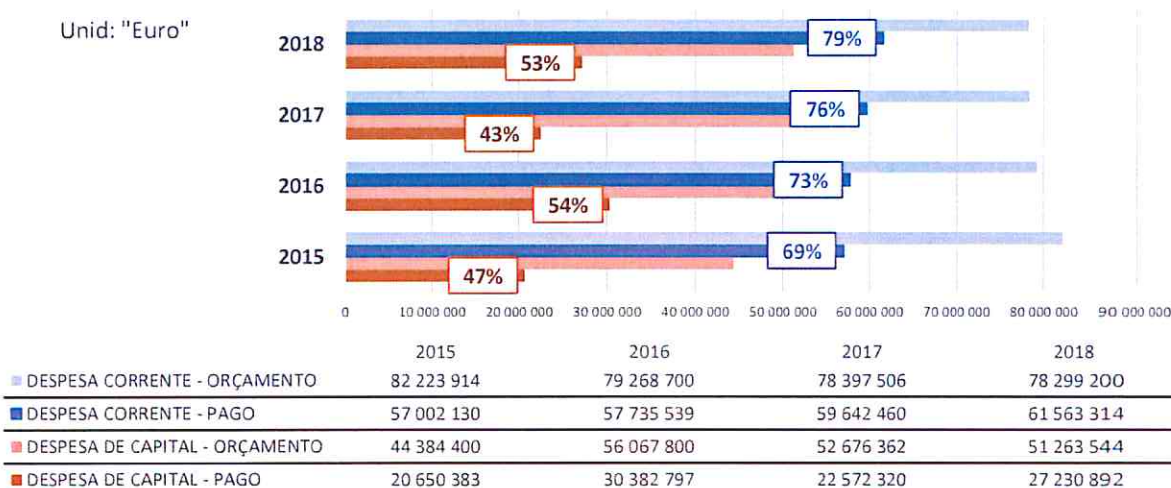
Em termos de compromissos assumidos, nos exercícios económicos entre 2015 e 2018, os dados apurados revelam uma tendência crescente, refletindo um aumento de 9% no último ano (+ 9,5 milhões de euros).

Os compromissos assumidos totalizaram 120,8 milhões de euros, correspondendo a 93% da despesa orçada, tendo 32 milhões de euros em compromissos a transitar para o ano seguinte.



GRÁFICO 6: EVOLUÇÃO DE EXECUÇÃO DA DESPESA CORRENTE / CAPITAL, 2015-2018

Unid: "Euro"



Os dados apresentados demonstram uma diminuição da despesa corrente, no que concerne aos valores inscritos nas dotações iniciais.

Situação distinta sucede com as despesas de capital, pois apresentam diversas oscilações no decorrer dos últimos 4 anos, consequência de opções do plano nos vários exercícios económicos.

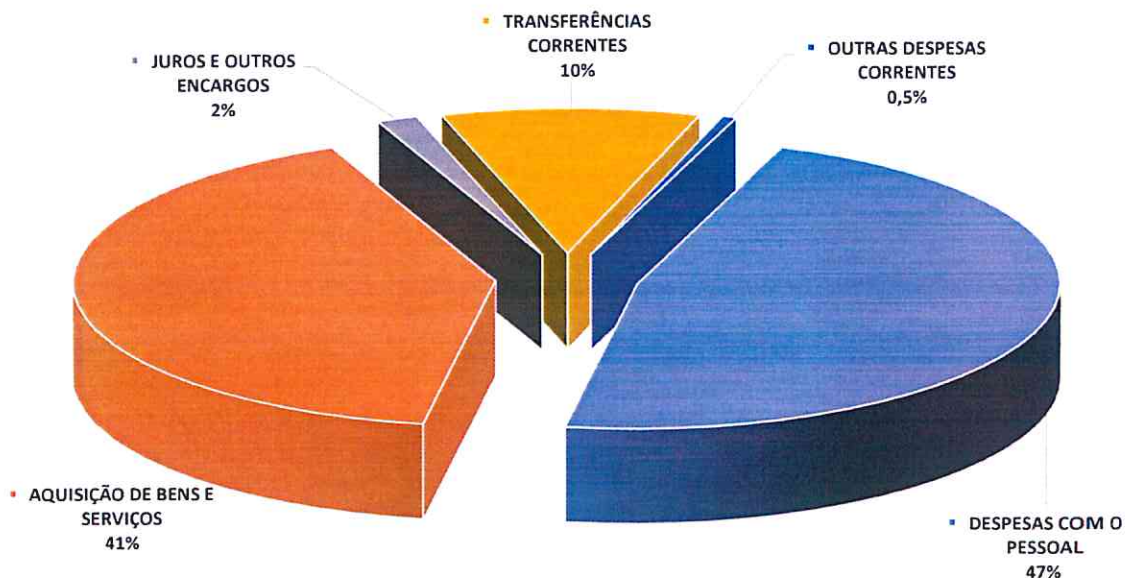
Em 2018, releva-se um reforço nesta área de atuação acompanhada por uma certa dinâmica na política de investimentos, nomeadamente no âmbito da requalificação do espaço público e dos equipamentos, parque escolar, parque habitacional, substituição de iluminação pública em algumas zonas do Concelho, entre outros investimentos, cuja matéria será posteriormente aprofundada.

No que concerne à despesa paga, verifica-se um acréscimo em 8 pontos percentuais face ano transato, materializando-se no montante de 6,5 milhões de euros, demonstrando um esforço por parte do executivo em diminuir a dívida municipal, honrando assim as suas responsabilidades para com terceiros.

QUADRO 21: EVOLUÇÃO DA COMPOSIÇÃO DE DESPESA, %

DESCRIÇÃO	2015	2016	2017	2018
DESPEZA CORRENTE	73%	66%	73%	69%
DESPEZA DE CAPITAL	27%	34%	27%	31%
TOTAL DESPESA	100%	100%	100%	100%

No cômputo geral, podemos afirmar que as taxas de execução quer nas despesas correntes, quer nas despesas de capital, tendo em conta o previsto em orçamento, fixaram-se respetivamente nos 79% e 53%, pelo que é notório a predominância da componente corrente na estrutura da despesa global.

**DESPESAS CORRENTES****GRÁFICO 7: ESTRUTURA DAS DESPESAS CORRENTES, 2018**

O gráfico demonstra a repartição da despesa corrente pelas diferentes rubricas que a compõem, relevando a componente mais determinante, a despesa com o pessoal (47%), seguida das despesas com aquisições de bens e serviços (41%), as transferências correntes (10%), encargos com juros e outros (2%) e por fim, outras despesas correntes (com uma percentagem residual de 0,5%).

QUADRO 22: DESPESAS CORRENTES, 2015-2018

Descrição	2015	2016	2017	2018	Δ 2018/2017, EUR	Δ 2018/2017, %
Despesas com Pessoal	25.121.947	25.454.595	26.090.421	29.040.972	2.950.550	11%
Aquisição de Bens e Serviços	24.772.094	24.855.058	26.132.505	25.206.856	-925.649	-4%
Juros e Outros Encargos	1.565.630	1.407.370	1.174.721	951.101	-223.620	-19%
Transferências Correntes	4.955.137	5.444.413	5.604.106	6.032.796	428.690	8%
Outras Despesas Correntes	587.323	574.103	640.706	331.589	-309.117	-48%
Total Despesas Correntes	57.002.130	57.735.539	59.642.460	61.563.314	1.920.854	3%

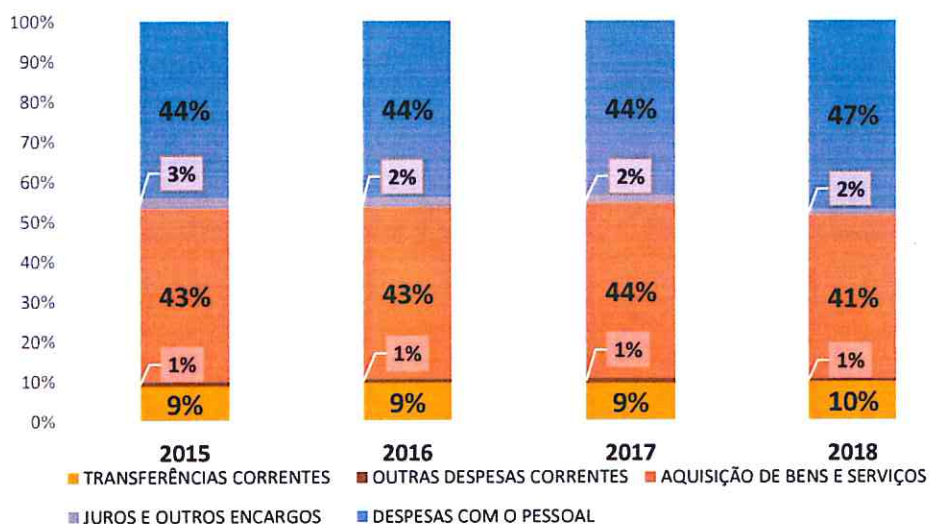
Da análise do quadro constata-se que a despesa corrente apresenta uma evolução crescente, sustentada pelo aumento das Despesas com o Pessoal e das Transferências Correntes, no âmbito do associativismo, e para o conjunto de Freguesias que compõem o Concelho.

No ano em apreço, as Aquisições de Bens e Serviços registaram uma redução de 4%, o equivalente a um decréscimo de 926 mil euros, os Juros e Outros Encargos, uma variação negativa de 19%, representando uma redução de 223 mil euros, e uma diminuição de 48% nas Outras Despesas Correntes, cujo valor reduziu em cerca de 309 mil euros.



No gráfico seguinte está demonstrada a estrutura da despesa corrente em termos percentuais, bem como a sua evolução no decorrer do período de 2015 a 2018.

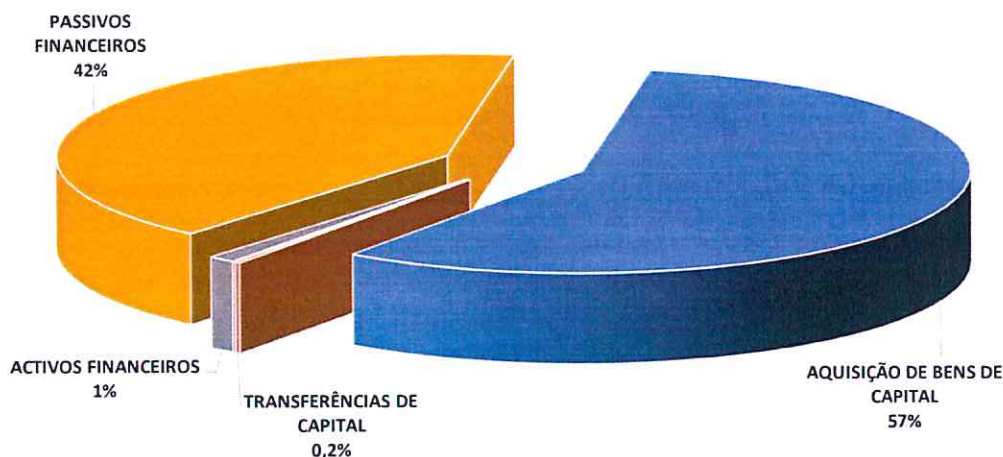
GRÁFICO 8: ESTRUTURA DA DESPESA CORRENTE, 2015-2018



DESPESAS DE CAPITAL

As despesas de capital compreendem as seguintes rubricas: aquisição de bens de capital, com um peso de 57%; os passivos financeiros, com 42%; ativos financeiros com 1% e as transferências de capital com 0,2%.

GRÁFICO 9: ESTRUTURA DAS DESPESAS DE CAPITAL, 2018





QUADRO 23: DESPESAS DE CAPITAL, 2015-2018

Descrição	2015	2016	2017	2018	Δ 2018/2017, EUR	Δ 2018/2017, %
Aquisição de Bens de Capital	10.617.022	7.751.193	13.043.248	15.590.677	2.547.429	20%
Transferências de Capital	66.600	267.957	152.215	59.000	-93.215	-61%
Ativos Financeiros	414.394	414.395	414.395	310.797	-103.598	-25%
Passivos Financeiros	9.552.367	21.949.252	8.962.458	11.270.417	2.307.959	26%
Outras Despesas de Capital	0	0	3	0	-3	-100%
Total Despesas de Capital	20.650.383	30.382.797	22.572.320	27.230.892	4.658.572	21%

A realização de despesa de capital, à exceção das transferências, origina a criação ou o aumento do seu património. Posto isto, é de grande importância analisar o comportamento de cada componente.

No ano de 2018, o segmento da despesa de capital ascendeu aos 27,2 milhões de euros, resultado de duas componentes fortes, as aquisições de bens de capital, conseqüente de obras de conservação e beneficiação de habitação social, melhorias nas instalações municipais, benfeitorias nas escolas, rede viária, entre outros, cuja análise será mais pormenorizada no capítulo próprio, e os passivos financeiros, provenientes da contração de dois empréstimos de curto prazo para colmatar dificuldades de tesouraria, os quais foram amortizados na sua totalidade (6,8 M €), assim como de amortização de empréstimos de médio e longo prazo (4,5 M €).

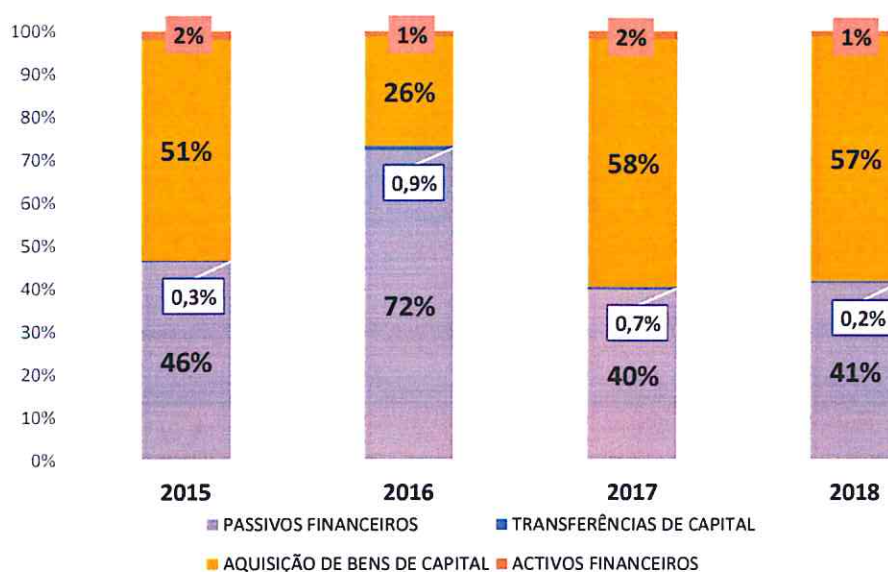
Comparando com o ano anterior, o total da despesa de capital cresceu sensivelmente 4,7 milhões de euros, o que em termos relativos se expressa numa variação de 21%, demonstrando a forte aposta da autarquia em novos e potenciais investimentos. A aquisição de bens de capital é a que assume a liderança nesta rubrica da despesa, com um incremento de 2,5 milhões de euros, seguida dos passivos financeiros, com um aumento de 2,3 milhões de euros.

Os ativos financeiros, representados por unidades de participação no Fundo de Apoio Municipal (FAM) apresentam uma redução de 103 mil euros (-25%), por via do Orçamento do Estado para 2018, conforme o disposto no ponto 5, do Artigo 303.º, da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro. O Município cumpriu assim, com a obrigatoriedade prevista pela Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, contribuindo para o FAM, com o montante de 310.797 €, resultado de duas prestações pagas nos meses de junho e dezembro de 2018.

O gráfico abaixo apresentado reflete o peso de cada componente da despesa de capital e sua evolução no quadriénio.



GRÁFICO 10: ESTRUTURA DA DESPESA DE CAPITAL,
2015-2018



DESPESA POR GRANDES AGREGADOS

QUADRO 24: DESPESA POR GRANDES AGREGADOS, 2015-2018

Descrição	2015	2016	2017	2018	Δ 2018/2017, EUR	Δ 2018/2017, EUR
Despesas com Pessoal	25.121.947	25.454.595	26.090.421	29.040.972	2.950.550	11%
Encargos Financeiros	11.117.996	23.356.622	10.137.180	12.221.519	2.084.339	21%
Aquisição Bens e Serviços	24.772.094	24.855.058	26.132.505	25.206.856	-925.649	-4%
Transferências e Subsídios	5.021.737	5.712.370	5.756.322	6.091.796	335.475	6%
Investimentos	11.031.416	8.165.588	13.457.643	15.901.475	2.443.831	18%
Outras	587.323	574.103	640.709	331.589	-309.120	-48%
Total Despesa	77.652.513	88.118.335	82.214.780	88.794.206	6.579.426	8%

Analisando pormenorizadamente o quadro da despesa por grandes agregados a nossa atenção é centrada nas despesas com o pessoal (33%), na aquisição de bens e serviços (28%), nas despesas para investimentos (18%) e, por fim, nos encargos financeiros (14%), dado serem estes os 4 eixos em que se concentram os maiores gastos.

A rubrica “outras despesas” registou uma redução de cerca de 48%, face a 2017.



QUADRO 25: DESPESAS COM PESSOAL, 2015-2018

Descrição	2015	2016	2017	2018	Δ 2018/2017, EUR	Δ 2018/2017, %
Órgãos Autarquia e Pessoal do Quadro	13.270.005	13.550.204	13.689.786	14.471.212	781.426	6%
Pessoal Contratado a Termo	30.493				0	
Pessoal em Regime de Tarefa/Avença	127.062	127.875	129.672	117.437	-12.235	-9%
Pessoal Aguardando Aposentação	37.478	34.143	6.961	41.601	34.640	498%
Pessoal em Qualquer Outra Situação	527.842	571.180	585.052	619.246	34.194	6%
Representação	102.139	107.192	107.176	113.084	5.908	6%
Subsídio de Refeição	1.374.124	1.259.633	1.344.138	1.440.201	96.064	7%
Subsídios de Férias e Natal	2.380.021	2.397.218	2.426.020	2.586.630	160.611	7%
Abonos Variáveis ou Eventuais	1.425.965	1.586.733	1.615.687	1.965.031	349.344	22%
Segurança Social	5.846.818	5.820.418	6.185.931	7.686.529	1.500.598	24%
Total Despesas com Pessoal	25.121.947	25.454.595	26.090.421	29.040.972	2.950.550	11%

A estrutura das despesas com pessoal está dividida em diversas subcontas e o quadro acima procura demonstrar os principais aumentos e diminuições em cada uma delas, no quadriénio.

Assim, nas diminuições salienta-se um decréscimo nas despesas com o Pessoal em regime de Tarefa ou Avença, e nos aumentos ressaltam-se as despesas com o Pessoal do Quadro, dos quais os Titulares de Órgãos da Autarquia representam 2%. O acréscimo verificado comporta uma série de encargos, tais como, segurança social e pagamentos de subsídios de refeição, férias e natal. Outro fator a considerar foi a subida das despesas com Pessoal aguardando Aposentação, que contabilizou um diferencial de 34 mil euros, reforçando a necessidade de se efetivar o recrutamento de pessoal através da modalidade de contratos individuais de trabalho no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP), com integração no mapa do pessoal de 138 trabalhadores. Para além das situações descritas, foram ainda repostos direitos que anteriormente tinham sido retirados aos trabalhadores no âmbito de medidas legislativas, como seja o direito de progressão na carreira. Todos estes fatores contribuíram de forma determinante para o aumento desta rubrica.

Em relação às contribuições para a Segurança Social, destaca-se o acentuado volume com os encargos para a assistência na doença dos funcionários públicos (ADSE, +2,5 M €), aumento para a Caixa Geral de Aposentações (+3,4 M €) e para a Segurança Social dos funcionários em regime geral (+1,1 M €).


QUADRO 26: DESPESAS COM PESSOAL, 2015-2018 (ABONOS VARIÁVEIS)

Descrição	2015	2016	2017	2018	Δ 2018/2017, EUR	Δ 2018/2017, %
Horas Extraordinárias	883.658	999.191	1.040.120	1.299.554	259.435	25%
Ajudas de Custo / Abono para falhas	122.852	145.453	132.306	141.117	8.811	7%
Subsídio de Turno	367.494	359.676	380.977	454.895	73.918	19%
Total Abonos Variáveis	1.374.004	1.504.320	1.553.402	1.895.566	342.164	22%

A subconta Abonos Variáveis encontra-se decomposta em horas extraordinárias, ajudas de custo, abono de falhas e subsídio de turnos, registando todas as rubricas uma variação positiva em comparação com o ano anterior. Neste agregado o peso maior recai principalmente sobre as horas extraordinárias, com um aumento de 259 mil euros (+ 25%) e o subsídio de turno com incremento de 74 mil euros (+ 19%).

QUADRO 27: ENCARGOS FINANCEIROS, 2015-2018

Descrição	2015	2016	2017	2018	Δ 2018/2017, EUR	Δ 2018/2017, %
Juros da Dívida Pública	179.967	272.284	108.974	112.822	3.849	4%
Juros de Locação Financeira			2.768	5.167	2.399	87%
Juros de Mora	1.385.663	1.135.086	1.062.980	833.112	-229.868	-22%
Amortização de Empréstimos	9.552.367	21.949.252	8.962.458	11.270.417	2.307.959	26%
Total Encargos Financeiros	11.117.996	23.356.622	10.137.180	12.221.519	2.084.339	21%

A despesa proveniente de Encargos Financeiros, em 2018, situou-se acima de 12,2 milhões de euros, proveniente de operações com recurso ao financiamento externo, por via de empréstimos e de aquisições em locação financeira, e de juros originados por atrasos de pagamento.

O montante total de amortizações de empréstimos a médio e longo prazo não variou de forma significativa nos últimos 4 anos, fixando-se no ano em análise, no montante de 4,5 milhões de euros.

No que se refere ao pagamento de juros da dívida pública, destacamos que o peso mais significativo incide nos empréstimos de médio e longo prazo (89 mil euros), patenteando um aumento de 12% face ao ano de 2017, seguindo-se os empréstimos de curto prazo com 23,6 mil euros (redução de 19%), e os de locação financeira com o valor de 5 mil euros (reportando um acréscimo de 87%), onde se inclui os juros referentes aos contratos de financiamento de leasing imobiliário para o Edifício da EDP, aquisição de material informático, entre outros investimentos.

Os juros de mora apresentam uma redução de 22% face a 2017, o equivalente a 230 mil euros.



QUADRO 28: AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS, 2015-2018

Descrição	2015	2016	2017	2018	Δ 2018/2017, EUR	Δ 2018/2017, %
Encargos de Instalações	5.781.029	4.893.575	5.246.624	4.474.161	-772.463	-15%
Manutenção / Conservação de Bens	573.615	783.139	622.258	464.091	-158.168	-25%
Vigilância e Segurança	251.145	389.094	545.478	678.179	132.701	24%
Assistência Técnica	254.123	254.073	156.335	172.306	15.970	10%
Combustíveis e Lubrificantes	698.772	715.413	783.484	820.251	36.767	5%
Seguros	183.975	165.880	238.296	271.355	33.059	14%
Limpeza e Higiene	4.020.446	2.783.924	1.677.555	2.926.327	1.248.771	74%
Formação, Vestuário e Outros (Pessoal)	110.106	157.909	211.101	325.037	113.936	54%
Material de Escritório	57.454	57.732	56.431	49.766	-6.665	-12%
Material de Educação, Cultura e Recreio	23.652	28.078	8.657	21.053	12.396	143%
Prémios, Condecorações e Ofertas	15.795	17.140	25.281	25.431	150	1%
Locação (Informática / Transporte)	360.783	481.670	449.017	568.567	119.549	27%
Comunicações	306.789	236.334	369.063	296.988	-72.075	-20%
Transportes	1.195.356	963.121	727.211	765.313	38.102	5%
Estudos, Pareceres, Projetos, Trab. Especializ.	516.822	703.002	773.719	763.594	-10.126	-1%
Publicidade	555.370	502.939	601.296	875.657	274.362	46%
Encargos de Cobrança de Receitas	925.226	898.018	872.770	847.123	-25.647	-3%
Outros Bens e Serviços	8.941.638	10.824.017	12.767.927	10.861.659	-1.906.268	-15%
Total Aquisição Bens e Serviços	24.772.094	24.855.058	26.132.505	25.206.856	-925.649	-4%

Foram classificados neste agregado todos os pagamentos relativos a bens e serviços inerentes ao desenvolvimento da atividade da autarquia. O quadro das aquisições de bens e serviços demonstra uma evolução ascendente desde 2015. No entanto, em 2018, constata-se uma contração nos pagamentos em cerca de 926 mil euros, mostrando uma variação face ao ano anterior de 4%.

Sublinham-se as reduções de despesa ao nível de diversas rubricas, face ao ano anterior, as quais se destacam, por ordem decrescente de valor absoluto, aquelas que determinam a redução da despesa paga:

- Outros bens e serviços (-1,9 M €), correspondendo uma variação de -15%;
- Encargos com instalações (-772 K €), a que corresponde uma variação de -15%;
- Manutenção e conservação de bens (-158 K €), correspondendo a uma variação de cerca de -25%;
- Comunicações (-72 K €), a que corresponde uma variação de -20%;

Em sentido inverso, destacam-se as rubricas que mais contribuíram em termos de despesa paga:

- Serviços de limpeza e Higiene (+1,2 M €), cuja variação apresenta um aumento na ordem dos 74%;
- Serviços de publicidade (274 K €), variação de 46%;
- Material de educação, Cultura e Recreio (12 K €), variação de 143%.



Detalhando a análise por tipologia de despesa, importa mencionar as despesas com Aquisições de Bens que mais contribuíram para o valor da despesa corrente, sendo o fornecimento de combustível e lubrificantes (31%), outros bens (32%) e mercadorias (13%).

No que se refere à parte correspondente à Aquisição de Serviços, denota-se uma predominância nos encargos com instalações (20%), serviços de limpeza e higiene (12%), transportes (3%), publicidade (4%), encargos de cobrança de receitas (4%) e outros serviços (43%).

Ainda na ótica da despesa corrente é importante fazer uma breve análise às transferências correntes, cuja distribuição, pelos seus subcapítulos, se encontra evidenciada no quadro seguinte.

QUADRO 29: TRANSFERÊNCIAS, 2015-2018

Descrição	2015	2016	2017	2018	Δ 2018/2017, EUR	Δ 2018/2017, %
Freguesias	2.910.909	3.421.322	3.638.264	4.048.025	409.761	11%
AML e Associações de Municípios	322.038	316.873	319.954	246.521	-73.433	-23%
Ass./Instit. Sem Fins Lucrativos	1.688.208	1.751.623	1.613.004	1.691.567	78.563	5%
Famílias	100.582	222.552	185.100	105.684	-79.416	-43%
Total Transferências	5.021.737	5.712.370	5.756.322	6.091.796	335.475	6%

As transferências correntes que afiguram financeiramente a cooperação existente entre o Município e diversas Instituições ocupam o terceiro capítulo com maior representação no total da despesa corrente com 10%, materializando-se em valores absolutos em 6 milhões de euros.

No quadro do relacionamento institucional e à semelhança do ano anterior, as transferências para as Juntas de Freguesia crescem continuamente desde 2015, registando um valor de 4 milhões de euros, sendo a componente com maior peso na estrutura (67%), seguido dos apoios concedidos a Instituições sem fins lucrativos com 1,7 milhões de euros, e com montantes mais modestos, figuram a celebração de protocolos com outras Associações, cujo valor ronda os 246 mil euros, os quais se destinam ao desenvolvimento do pré-escolar e do 1º ciclo de ensino básico, ao fornecimentos de refeições escolares, apoios a agrupamentos escolares (onde se incluem as participações em eventos lúdicos e aquisição de materiais essenciais ao bom funcionamento das escolas), entre outros. Com um valor inferior surge a rubrica Famílias indicando o montante de 106 mil euros, absorvidos essencialmente para pagamento de vencimentos dos Contratos de Emprego de Inserção e Estágios Profissionais.

Sumariamente, podemos afirmar que as transferências para as Juntas de Freguesia, face ao ano anterior, sofreram um aumento em cerca de 11%, enquanto para as Instituições sem fins lucrativos 5%. Situação inversa sucede com a componente Famílias (-43%) e com os pagamentos efetuados à Associação de Município de Distrito de Setúbal (-27%), uma vez que terminou a comparticipação no projeto "Setúbal, Península Digital".

Em termos estruturais, na componente de transferências de capital, o destaque vai para as transferências para as Instituições sem fins lucrativos, com o valor de 59 mil euros, assim direccionados:

- Beneficiação de infraestruturas do Clube Desportivo e Recreativo "Águias de S. Gabriel";
- Requalificação do mercado mensal de Azeitão;
- Aquisição de equipamento para apoio na limpeza e desmatação de terrenos, bermas, estradas e caminhos municipais.



A subconta Freguesias que integra a componente transferências de capital não regista qualquer valor no ano em análise, sendo o último dado apresentado no ano de 2017, fruto de um apoio solicitado pelas Juntas de Freguesia do Concelho para fazer face aos custos associados à reestruturação das suas sedes e à construção de novas instalações de apoio aos serviços operacionais, resultado de uma crescente delegação de competências nas mais variadas áreas para estes Orgãos.

QUADRO 30: DESPESAS DE INVESTIMENTO, 2015-2018

Descrição	2015	2016	2017	2018	Δ 2018/2017, EUR	Δ 2018/2017, %
Terrenos	244.121	0	150.000	185.298	35.298	24%
Habitações	199.279	578.661	489.131	868.736	379.605	78%
Edifícios	1.318.617	1.489.250	3.329.781	4.092.258	762.477	23%
Construções Diversas	4.488.343	3.185.555	4.905.630	8.089.592	3.183.962	65%
Material de Transporte	256.070	524.922	808.674	168.998	-639.676	-79%
Equipamento de Informática	282.047	67.692	176.598	160.970	-15.627	-9%
Software Informático	370.751	179.125	549.070	573.332	24.263	4%
Equipamento Administrativo	28.961	85.179	82.921	41.624	-41.297	-50%
Equipamento Básico	2.931.750	733.528	599.340	513.745	-85.595	-14%
Ferramentas e Utensílios	9.987	12.417	10.759	5.601	-5.158	-48%
Outros Investimentos	487.097	894.863	1.926.251	873.737	-1.052.514	-55%
Locação Financeira	0	0	15.093	16.784	1.691	11%
Ativos Financeiros	414.394	414.395	414.395	310.797	-103.598	-25%
Total Despesas de Investimento	11.031.416	8.165.588	13.457.643	15.901.475	2.443.831	18%

As despesas de investimento representam 18% do total de despesas de capital, registando um crescimento de 2,4 milhões de euros no ano de 2018.

Analisando pormenorizadamente os dados constantes do quadro supra verifica-se que a dívida aumentou essencialmente nas seguintes subcontas devido a determinados investimentos em diversas áreas de intervenção, destacando-se alguns projetos de investimentos desenvolvidos no decorrer do ano:

▪ **Construções diversas:**

- Requalificação de espaços exteriores na Urbanização da Brejoeira (zona poente 3.ª fase);
- Reperfilamento da rotunda do Largo Miguel Bombarda;
- Requalificação urbana do Bairro dos Pescadores e Grito do Povo;
- Jardim multisensorial das energias;
- Requalificação dos passeios e espaços adjacentes ao troço poente da Av.ª Belo Horizonte;
- Execução de trabalhos no separador central e no viaduto da Av.ª Álvaro Cunhal – 2.ª fase;
- Obras de prevenção de cheias Regularização do troço final da Ribeira do Livramento/Afluência da gâmita e do Barranco do Forte Velho;



▪ Edifícios:

- Requalificação do parque escolar 2ª e 3ª fases;
- Reabilitação do Convento de Jesus – ala Este e ala Norte, Claustros, Igreja e Cor Alto;
- Aquisição de diversos prédios urbanos na Rua de Santa Catarina n.ºs 10, 12, 14 e 16;
- Reabilitação do Museu Sebastião da Gama/Pólo Municipal Sebastião da Gama, Museu Michel Giacometti e trabalhos de conservação no Pavilhão Municipal João Santos;
- Contrato de leasing imobiliário do prédio urbano situado na Estrada dos Ciprestes, designado Edifício da EDP;
- Aquisição de material didático, mobiliário escolar e equipamento de cozinha para diversas escolas no âmbito do programa “Portugal 2020”;
- Trabalhos complementares no JI/EB Integrada Luísa Todí.
- Intervenção de natureza estrutural para evitar derrocadas na encosta do Forte de São Filipe;

▪ Terrenos:

- Aquisição de 2 parcelas de terreno localizados no Olival do César e Matosa, na Freguesia de S. Simão para a construção de passeios e ciclovias;
- Permuta de uma parcela de terreno, sita em Moinho do Frade;
- Aquisição de diversos imóveis e terrenos ao Instituto de Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. (IHRU) nos Bairros da Bela Vista e Casal de Santo António, na Freguesia de São Sebastião, bem como algumas fracções para habitação situadas na Rua do Mormugão, na Quinta do Freixo, na União das Freguesias de Setúbal, do Concelho de Setúbal no valor de 69,205 mil euros, cujos pagamentos de prolongarão até Fevereiro de 2019.

▪ Habitações:

- Recuperação de fogos na Av.ª Bela Vista, Rua do Cercal, Rua João Augusto Rosa, Rua do Sobreiro e Alameda das Palmeiras;
- Reabilitação do edifício Multifamiliar – Casa das Quatro Cabeças, no Bairro de Troino.

Em termos de despesa paga, salientam-se os Investimentos em regime de locação financeira, os quais apresentam um aumento de 11%, derivado de planos de pagamentos de contratos em vigor, registando-se uma redução ao nível do equipamento de material de transporte (-79%), outros investimentos (-55%), equipamento administrativo (-50%) e na rubrica ferramentas e utensílios (-48%).

QUADRO 31: **OUTRAS DESPESAS, 2015-2018**

Descrição	2015	2016	2017	2018	Δ 2018/2017, EUR	Δ 2018/2017, %
Outras Despesas Correntes	587.323	574.103	640.706	331.589	-309.117	-48%
Outras Despesas de Capital	0	0	3	0	3	100%
Total Outras Despesas	587.323	574.103	640.709	331.589	309.120	-48%

Outras despesas, acumulam classificações não especificadas anteriormente, contemplando as quotizações para associações, infrações aplicadas a veículos pertencentes ao Município, indemnizações por rompimento contratual, emissão de depósitos de cauções, despesas de condomínios, entre outros.

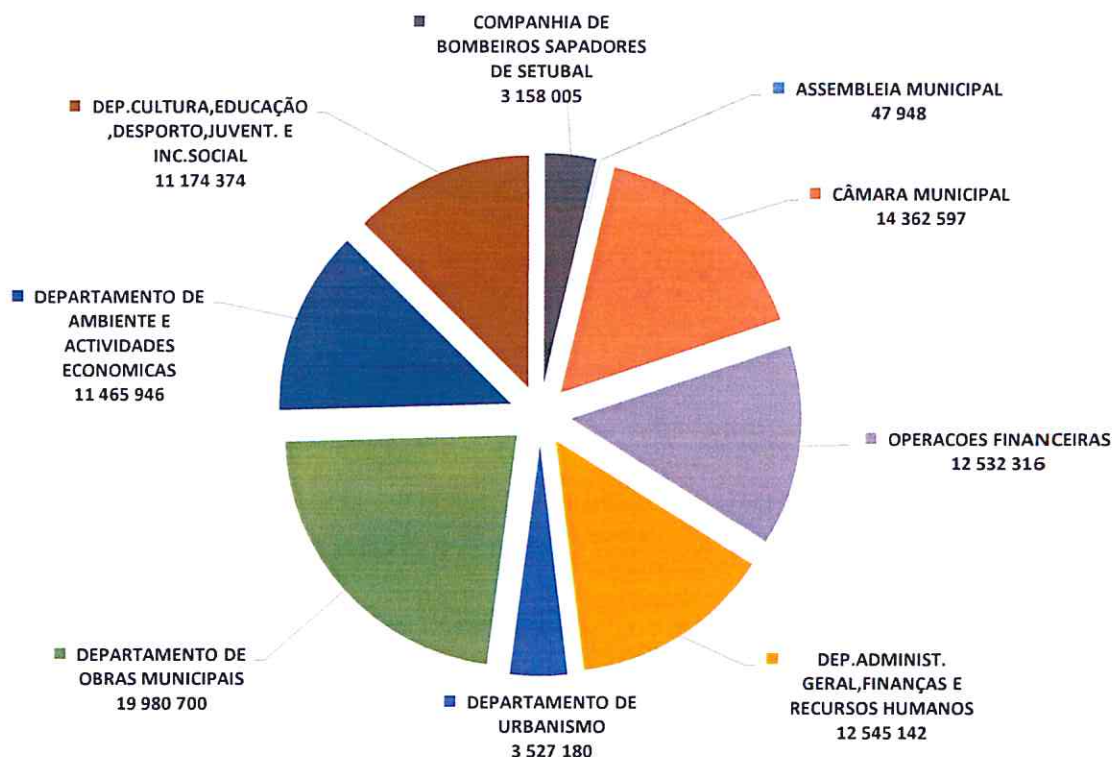
Em 2018, não houve despesas de capital desta natureza. As despesas correntes registaram uma diminuição de 48% com decréscimo de 309 mil euros.



DESPESA POR ORGÂNICA

A abordagem às despesas por classificação orgânica permite conhecer os gastos em relação a cada uma das unidades orgânicas /serviços da Autarquia.

GRÁFICO 11: **DESPESA REALIZADA POR UNIDADES ORGÂNICAS, 2018**

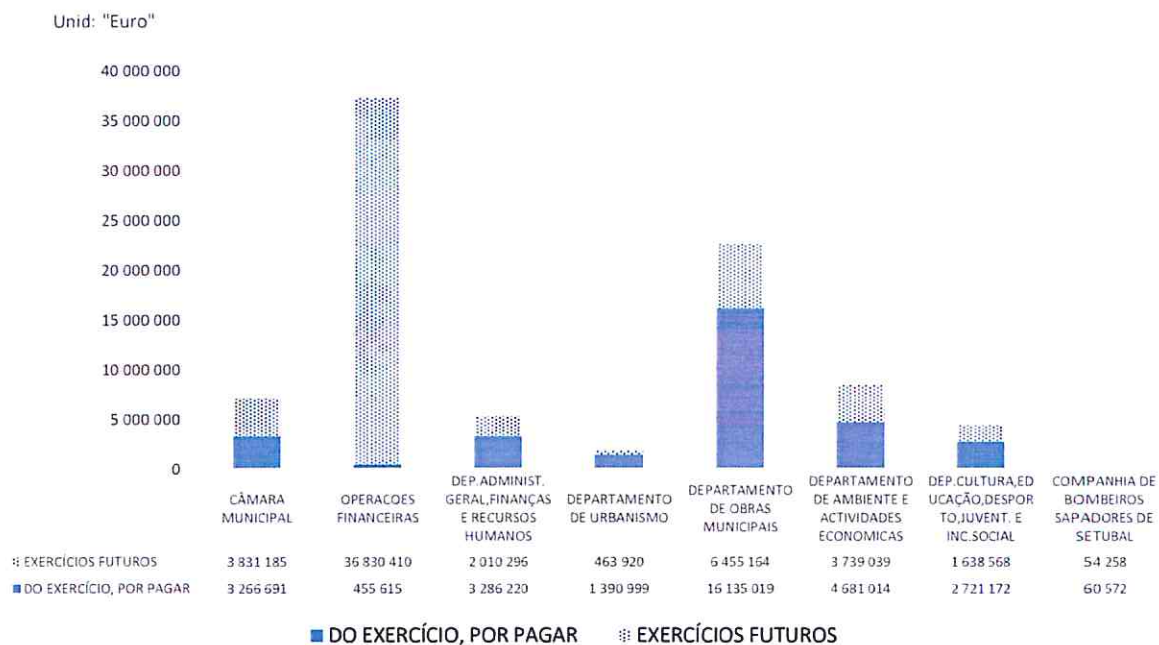


Assim, neste contexto verifica-se que o grosso da despesa recai sobre o Departamento de Obras Municipais (DOM), representando cerca de 23% do total da despesa, seguida dos gastos imputados diretamente à Câmara Municipal, com 16%; em exequo estão as Operações Financeiras e o Departamento Geral, Finanças e Recursos Humanos (DAFRH), com 14%; e por fim, o Departamento de Ambiente e Actividades Económicas (DAAE) e o Departamento de Cultura, Educação, Desporto, Juventude e Inclusão Social (DCED), com 13%. As restantes unidades orgânicas, Companhia dos Bombeiros Sapadores (CBSS), Departamento de Urbanismo (DURB), e Assembleia Municipal, apenas são responsáveis por 4% das despesas totais.



COMPROMISSOS

GRÁFICO 12: COMPROMISSOS ASSUMIDOS POR PAGAR POR UNIDADES ORGÂNICAS



No final de 2018, os compromissos assumidos por pagar totalizaram 31.997.301 euros, dos quais ½ do montante cabe ao DOM, devido ao peso elevado de obras em curso, seguido do DAAE (15%), dos projetos da competência da CM (10%), da DAFRH (10%) e do DCED (9%).

Dos compromissos assumidos para os exercícios futuros, destaca-se a área de Operações Financeiras (67%), com origem no financiamento externo de projetos municipais de montantes elevados (empréstimos e contratos de locação financeira de médio e longo prazo), e a área de Obras Municipais (12%), no âmbito de Plano Plurianual de Investimentos.

QUADRO 32: COMPROMISSOS, 2015-2018

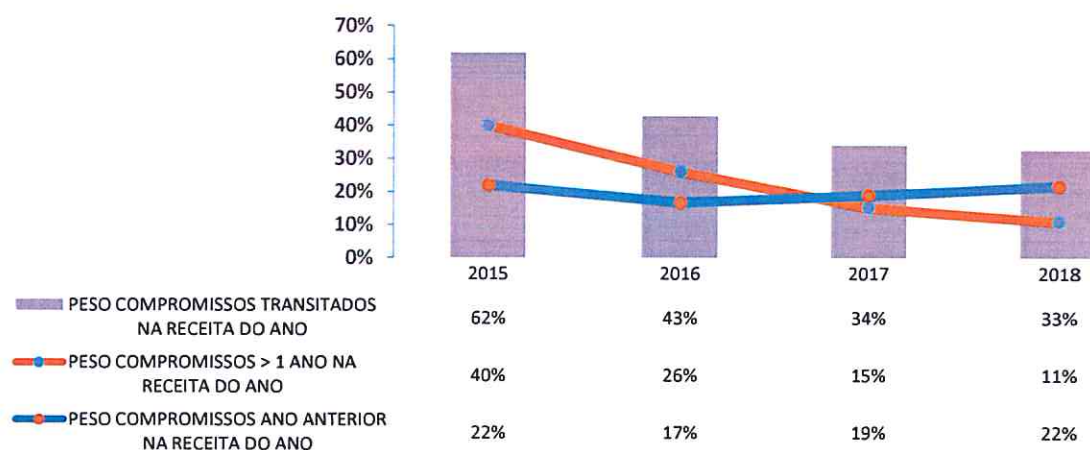
Descrição	2015	2016	2017	2018	Δ 2018/2017, EUR	Δ 2018/2017, %
Compromissos transitados do ano (N-1)	45.720.310	29.162.123	27.350.970	27.782.090	431.120	2%
Compromissos assumidos no ano (N)	67.557.998	86.617.337	83.864.154	93.009.417	9.145.263	11%
Compromissos pagos no ano (N)	77.652.513	88.118.335	82.214.780	88.794.206	6.579.426	8%
Compromissos a transitar para o ano seguinte (N+1)	35.625.795	27.661.125	29.000.344	31.997.301	2.996.956	10%
Compromissos assumidos para exercícios futuros	5.484.191	17.011.368	46.096.782	57.138.641	11.041.859	24%
Dotação não comprometida	13.330.006	19.557.040	19.858.744	8.771.237	-11.087.507	-56%



Em 2018, a dotação não comprometida registou um valor de 8,8 milhões de euros. Os compromissos transitados do ano anterior somaram 27,8 milhões de euros. Tendo em conta os compromissos assumidos no ano e pagamentos efetuados, o montante de compromissos a transitar para o ano seguinte cifra-se em cerca de 32 milhões de euros, assinalando um aumento de 3M €.

A evolução de compromissos transitados do período anterior, face à receita do ano, está demonstrada no gráfico a seguir, revelando o decréscimo de compromissos mais antigos (superior a 1 ano).

GRÁFICO 13: COMPROMISSOS TRANSITADOS / RECEITA DO ANO (%), 2015-2018





3. EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO

As Grandes Opções do Plano (GOP) são repartidas pelo Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e pelo Plano de Atividades Municipal (PAM).

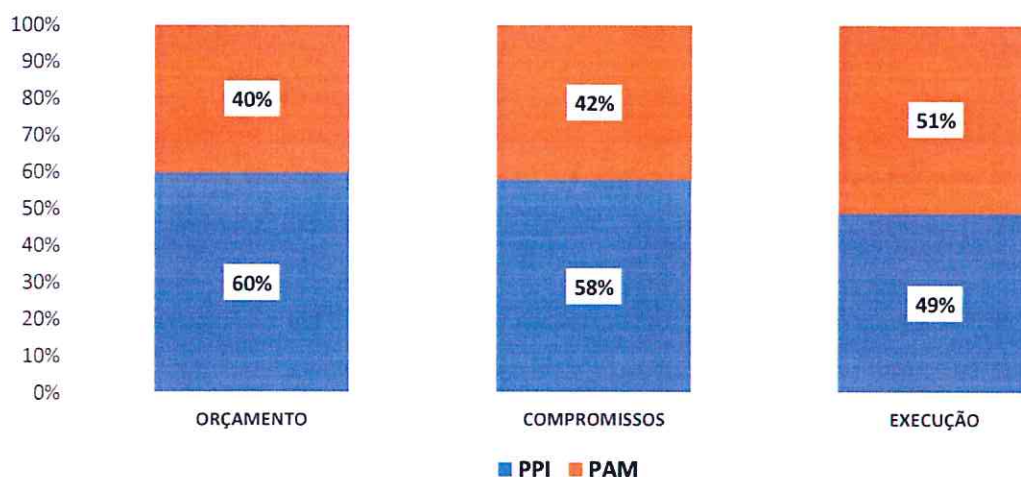
QUADRO 33: GRANDES OPÇÕES DO PLANO, 2015-2018

Descrição	2015	2016	2017	2018			Taxa Exec. %	Δ 2018/2017 %
				Dotação	Compromissos	Pago		
Plano Plurianual de Investimentos	10.617.022	8.345.950	13.582.643	39.909.744	33.827.689	15.946.475	40%	17%
Plano de Atividades Municipal	20.208.205	18.926.563	18.225.714	26.831.900	24.782.938	16.744.235	62%	-8%
Total Grandes Opções do Plano	30.825.227	27.272.514	31.808.358	66.741.644	58.610.627	32.690.709	49%	3%

Em 2018, as GOP eram orçadas em 66,7 milhões de euros e foram executados cerca de 32,7 milhões de euros, correspondendo a um aumento de 3% na execução face a 2017. A evolução da execução das GOP, ao longo destes últimos anos, tem sido positiva, vindo a aumentar gradualmente no período 2016-2018.

As dotações para PPI no montante de 39,9 milhões de euros permitiram assumir os compromissos no valor de 33,8 milhões de euros, dos quais foram pagos 15,9 milhões de euros, o que significa um aumento de 17% em relação ao ano anterior, dando continuidade ao aumento progressivo na execução do PPI ao longo dos anos (desde 2016 a 2018).

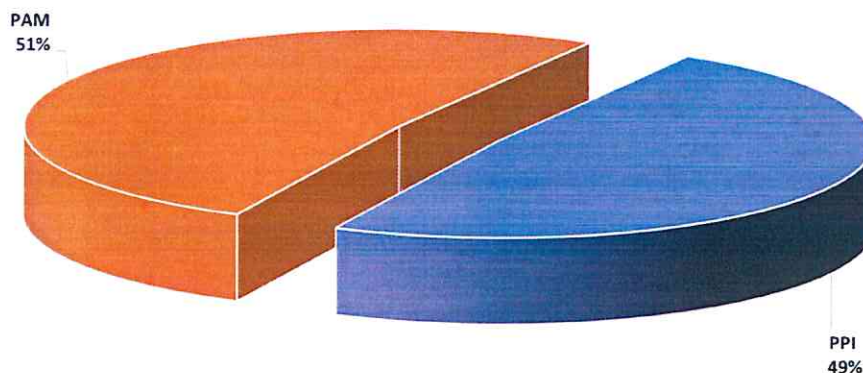
GRÁFICO 14: ESTRUTURA DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO, 2018
ORÇAMENTO / EXECUÇÃO





As dotações do PAM totalizaram 26,8 milhões de euros. A despesa de projetos e ações inscritos no PAM registou um montante de 16,7 milhões de euros, sendo que os compromissos assumidos somaram 24,8 milhões de euros.

GRÁFICO 15: GRANDES OPÇÕES DO PLANO, 2018



A despesa realizada por via do PAM diminuiu 8%, face a 2017, mantendo a tendência descendente na execução verificada ao longo dos últimos quatro anos. Contudo, mantém-se o peso predominante nas Grandes Opções do Plano, conforme demonstrado no gráfico acima.

QUADRO 34: GOP POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL, 2015-2018

Descrição	2015	2016	2017	2018	Δ 2018/2017, EUR	Δ 2018/2017, %
Funções gerais	3.083.117	1.244.378	1.453.921	981.749	-472.172	-32%
Funções sociais	18.798.880	17.872.878	20.092.793	21.723.060	1.630.267	8%
Funções económicas	6.511.709	5.826.000	7.655.696	7.187.759	-467.937	-6%
Outras funções	2.431.525	2.329.258	2.605.947	2.798.142	192.194	7%
GOP por Classificação Funcional	30.825.231	27.272.514	31.808.358	32.690.709	882.352	3%

Quando se analisam as GOP por classificação funcional, as Funções Sociais assumem uma importância superior às demais, com uma execução de 21,7 milhões de euros, destacando-se as despesas relacionadas com as seguintes rubricas:

- Educação, nomeadamente os transportes e as refeições escolares (1,9 M€);
- Requalificação da rede escolar (1,2 M€);
- Manutenção do parque habitacional municipal (1,2M€);
- Ordenamento do território (3,7M€) onde se destacam as obras:
 - “HUB10 – Plataforma Humanizada de Conexão”;
 - “Regeneração urbana dos bairros Grito do Povo, Pescadores, Santos Nicolau”;
 - “Obras de prevenção de cheias”;



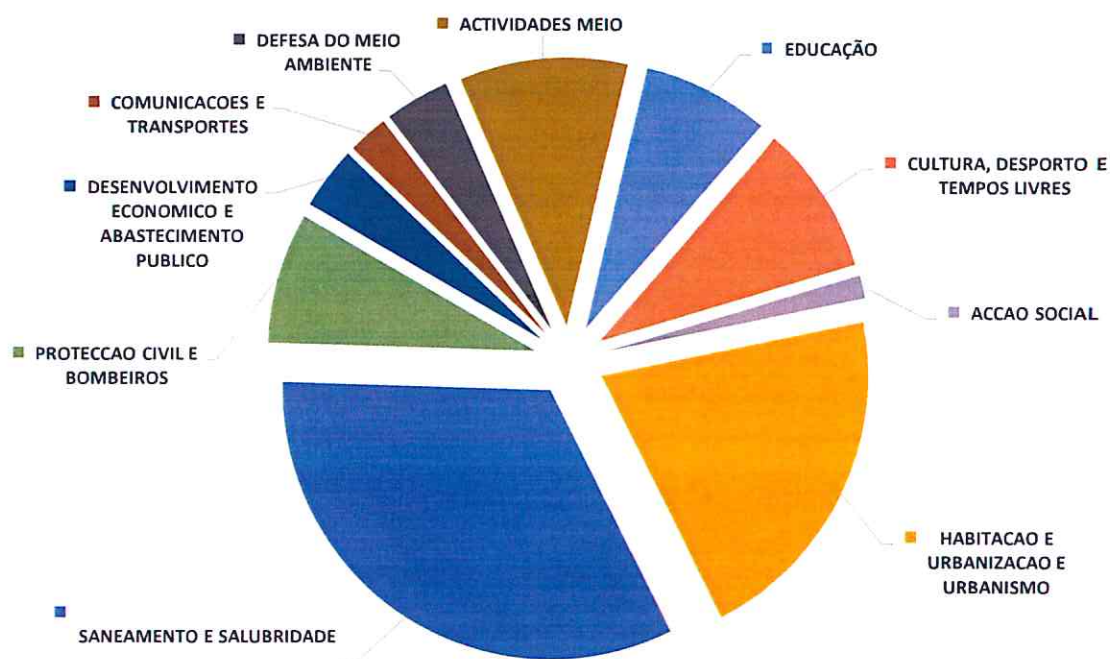
- O saneamento (2,1M€), com destaque para a obra de otimização dos sistemas de saneamento na cidade de Setúbal;
- O abastecimento de água (1,5M€) através do pagamento dos consumos regulares e das obras para a requalificação das redes de distribuição e saneamento da cidade de Setúbal;
- Proteção do meio ambiente e tratamento dos resíduos sólidos (5,4 M€).

Todas aquelas componentes essenciais para a manutenção e melhoramento da qualidade de vida dos munícipes, são seguidas das Funções Económicas, com 7,2 milhões de euros, destacando-se as despesas com a iluminação pública; com o melhoramento da rede viária do concelho e com a promoção turística.

As Funções Gerais e Outras, no seu conjunto, totalizam 3,7 milhões de euros, e refletem os gastos com património edificado, instalação e manutenção de diversos serviços municipais, conservação e manutenção da frota, assim como, apoios às Freguesias e promoção de atividades (culturais, desportivas e do desenvolvimento turístico).

A estrutura das Grandes Opções do Plano de 2018 por objetivos encontra-se espelhada no gráfico seguinte.

GRÁFICO 16: GRANDES OPÇÕES DO PLANO POR OBJETIVOS, 2018

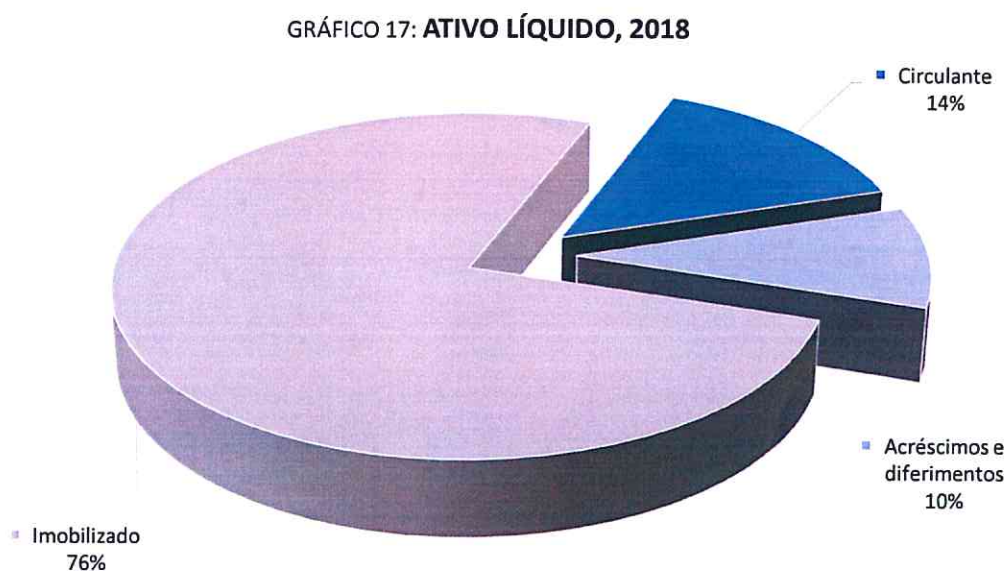


4. ANÁLISE FINANCEIRA E PATRIMONIAL

4.1. SITUAÇÃO PATRIMONIAL - ANÁLISE DO BALANÇO

A situação patrimonial espelha o registo das operações que alteram a composição, quantitativa e qualitativa, do património do Município, dando a conhecer os seus direitos, obrigações e os fundos próprios.

O Ativo Líquido do Município reparte-se de acordo com o espelhado no seguinte gráfico:



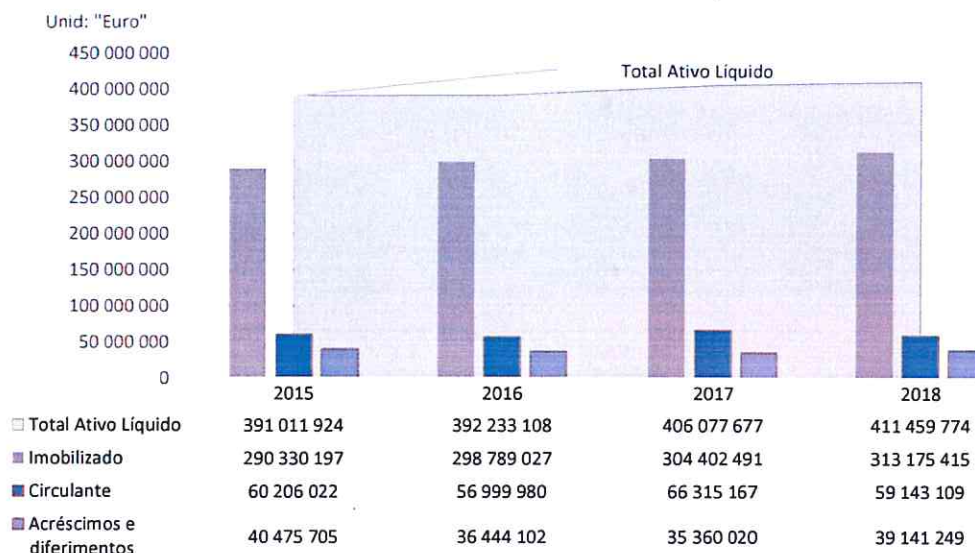
A estrutura do Ativo é composta pelo imobilizado, sendo o agregado com maior predominância no ativo líquido, com 76%; pelo circulante, com 14%; e pelos acréscimos e diferimentos, com os restantes 10%.

No gráfico seguinte passamos a explicar a evolução de cada um dos agregados, bem como, os motivos que conduziram a tais comportamentos.

A 31 de dezembro de 2018, o Ativo Líquido do Município, cifra-se em 411.459.774€, traduzindo-se num aumento de 5,3 milhões de euros, o equivalente a 1% face ao ano anterior, resultado do efeito conjugado do crescimento do imobilizado (+8,8 M €), e dos acréscimos e diferimentos (+3,8 M €), por contrapartida de uma diminuição do circulante (-7,2 M€).



GRÁFICO 18: COMPONENTES DO ATIVO LÍQUIDO, 2015-2018



O Imobilizado regista uma tendência crescente, no quadriénio em análise. Em 2018, esse aumento é fundamentado pela aquisição de diversos imóveis, equipamentos para as escolas e oficinas, aquisição de contentores semienterrados para resíduos indiferenciados, reabilitação de algumas instalações municipais e de requalificação de espaços urbanos.

O Circulante adota um comportamento mais oscilante, embora em 2018 se observe uma quebra de 7 milhões de euros, causado essencialmente pela redução nas existências no valor de 281 mil euros e nas dívidas de terceiros a curto prazo na ordem dos 7,2 milhões de euros.

Por seu lado, a conta Acréscimos e diferimentos que regista nos primeiros 3 anos uma inclinação descendente, apresenta em 2018 um aumento de 3,7 milhões de euros, face a 2017, justificado pelo aumento das contas de Acréscimos de Proveitos e de Custos Diferidos.

QUADRO 35: BALANÇO - ATIVO LÍQUIDO, 2015-2018

Descrição	2015	2016	2017	2018	Δ 2018/2017, EUR	Δ 2018/2017, %
Imobilizado	290.330.197	298.789.027	304.402.491	313.175.415	8.772.924,66	3%
Bens de domínio público	38.102.056	36.440.812	35.017.283	33.711.408	-1.305.875,30	-4%
Imobilizações incorpóreas	736.088	732.401	961.856	1.275.256	313.400,09	33%
Imobilizações corpóreas	244.599.445	252.236.833	259.044.369	272.552.595	13.508.226,77	5%
Investimentos financeiros	6.892.609	9.378.982	9.378.983	5.636.156	-3.742.826,90	-40%
Circulante	60.206.022	56.999.980	66.315.167	59.143.109	-7.172.057,36	-11%
Existências:	23.009.966	22.874.745	22.667.763	22.386.806	-280.957,13	-1%
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo	0	0	0	0		
Dívidas de terceiros - Curto prazo:	29.684.427	31.397.708	41.975.868	34.749.856	-7.226.011,40	-17%
Títulos negociáveis:	0	0	0	0		
Depósitos em Instit. financeiras e Caixa:	7.511.629	2.727.526	1.671.536	2.006.447	334.911,17	20%
Acréscimos e diferimentos	40.475.705	36.444.102	35.360.020	39.141.249	3.781.228,96	11%
Total Ativo Líquido	391.011.924	392.233.108	406.077.677	411.459.774	5.382.096,26	1%



O Imobilizado é composto por todos os elementos do Município que apresentam carácter permanente – bens de domínio público, imobilizações incorpóreas, imobilizações corpóreas e investimentos financeiros.

O Imobilizado representa cerca de 76% do total do ativo líquido; as imobilizações corpóreas (66%); os bens do domínio público (8%); os investimentos financeiros (1%) e as imobilizações incorpóreas, com uma expressão inferior a um ponto percentual.

O Circulante, representa os bens e os direitos que podem ser convertidos em dinheiro em curto prazo, sendo composto por três grupos – Existências, Dívidas a Receber e Disponibilidades.

Os Acréscimos e Diferimentos são provenientes da aplicação do princípio contabilístico da especialização do exercício, que no exercício económico em análise se fixou no montante de 39 milhões de euros, representando um aumento de aproximadamente de 3,8 milhões de euros face ao ano anterior.

Com base na análise do quadro, pode afirmar-se que em termos comparativos com o período anterior:

- As Imobilizações Corpóreas são a componente com maior peso, registando um aumento de 13,5 milhões de euros, o correspondente a uma variação de 5%. Nesta componente realçamos o peso da rubrica Edifícios e Outras Construções com cerca de 38%, bem como o aumento significativo de 6,2 milhões de euros na rubrica Terrenos e Recursos Naturais, originado pela aquisição de diversas parcelas de terrenos.

- As Imobilizações Incorpóreas apresentam um acréscimo de 313 mil euros (+ 33%), na qual se destaca a rubrica Propriedade Industrial e Outros Direitos.

- O Ativo Circulante representa 14,3% do total do ativo líquido, com especial preponderância para as dívidas de terceiros (8,4%).

Acréscimos e Diferimentos contabilizam um acréscimo de 11%, cuja análise será mais detalhada em capítulo próprio.

IMOBILIZADO

A estrutura do Imobilizado é composta por dois grupos: imobilizado em curso e imobilizado firme, sendo que o primeiro grupo representa cerca de 14%, enquanto o segundo 86% do total do imobilizado.



GRÁFICO 19: ESTRUTURA DO IMOBILIZADO, 2015-2018



Em 2018, o Imobilizado em Curso cifra-se em 44,3 milhões de euros, com um aumento na ordem dos 6 milhões de euros, o que representa um incremento de 16%, relativamente ao ano anterior.

O maior peso recai nas imobilizações corpóreas, com incremento de 17%, efeito de vários investimentos ao nível das infraestruturas, como sejam as escolas, espaços culturais e requalificações urbanas e paisagísticas em diversos pontos da cidade e do Concelho, nomeadamente:

- Reabilitação do Convento de Jesus na ala este e ala norte, claustros, igreja e coro alto;
- Requalificação da envolvente do Convento de Jesus;
- Requalificação do parque escolar – 2ª e 3ª fases;
- Construção do reforço do muro de suporte de terras da escola básica n.º 12, em Setúbal;
- Jardim Multissensorial das energias;
- Requalificação urbana do bairro dos pescadores e grito do Povo;
- Execução de pavimentação e pluviais, e das redes de águas e esgotos domésticos da intersecção das Ruas Francisco Biscaia e Rua Gomes Cardim/Monarquina;
- Beneficiação do prolongamento da estrada dos quatro castelos, troço poente entre o acesso a A2 e a Quinta do Conde;
- Requalificação dos passeios e espaços adjacentes ao troço poente a Av.ª Belo Horizonte;
- Reabilitação da rede de água na Av.ª dos Combatentes;
- Execução de uma nova captação de água subterrânea no Pinhal das Espanholas e selagem PS2 Auto de Medição;
- Estação elevatória dos combatentes e coletores afluentes;
- Emissário Ciprestes – Bonfim 2.ª Fase e Reabilitação das redes de água e drenagem na Av.ª 22 de dezembro;
- Reabilitação da rede de água e drenagem na Rua Gregório de Freitas;
- Obras de prevenção de cheias- regularização do troço final da ribeira do Livramento.

Alguns destes investimentos foram sujeitos a apoios financeiros no âmbito de diversos programas de financiamento.


QUADRO 36: IMOBILIZADO FIRME, 2015-2018

Descrição	2015	2016	2017	2018	Δ 2018/2017, EUR	Δ 2018/2017, %
Bens de domínio público	35.430.841	33.769.597	32.346.068	31.040.193	-1.305.875	-4%
Imobilizações incorpóreas	209.143	205.456	434.911	748.311	313.400	72%
Imobilizações corpóreas	206.264.922	219.635.140	223.948.347	231.433.447	7.485.100	3%
Investimentos financeiros	6.892.608,57	9.378.981,72	9.378.982,72	5.636.155,82	-3.742.827	-40%
Total Imobilizado Firme	248.797.515	262.989.175	266.108.309	268.858.107	2.749.798	1%

O Imobilizado Firme da autarquia apresenta um aumento de 2,7 milhões de euros, sendo este resultado obtido deduzindo-se ao crescimento bruto a variação das amortizações e provisões referentes às diversas rubricas do ativo, sendo as imobilizações corpóreas a rubrica mais determinante para o valor alcançado.

As imobilizações incorpóreas, apesar de refletir um aumento de 72%, o peso deste componente não é relevante no total do imobilizado firme (0,3%).

Os bens de domínio público refletem um decréscimo de 4% (-1,3 milhões de euros), justificado pela redução de 25% na rubrica Outras Construções e Infraestruturas e, pelo aumento das amortizações.

Os Investimentos Financeiros apresentam uma variação negativa face ao ano anterior, em cerca de 40%, refletindo-se em valores absolutos no montante de 3,7 milhões de euros.

QUADRO 37: INVESTIMENTOS FINANCEIROS, 2015-2018

Descrição	2015	2016	2017	2018	Δ 2018/2017, EUR	Δ 2018/2017, %
Partes de capital	6.478.215	6.478.215	6.478.215	3.771.378	-2.706.836	-42%
Obrigações e títulos de participação	414.394	2.900.767	2.900.768	1.864.778	-1.035.991	-36%
Total Imobilizado em Curso	6.892.609	9.378.982	9.378.983	5.636.156	-3.742.827	-40%

O valor inscrito na conta “Partes de Capital” resulta das diversas participações que o Município detém no capital de várias entidades, tais como a Setgás, Vitória Futebol Clube, Simarsul e Amarsul. Em termos comparativos com o ano anterior, verificou-se decréscimo de 42%, como resultado de regularização de participações no capital de várias entidades, extintas ou em processos de dissolução e liquidação, nomeadamente, a Associação Parque Santiago, a Sociedade Industrial de Carnes da Arrábida, S.A., a CDR – Cooperação e Desenvolvimento Regional. E.I.M. e a SetúbalPolis, Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Setúbal. S.A.

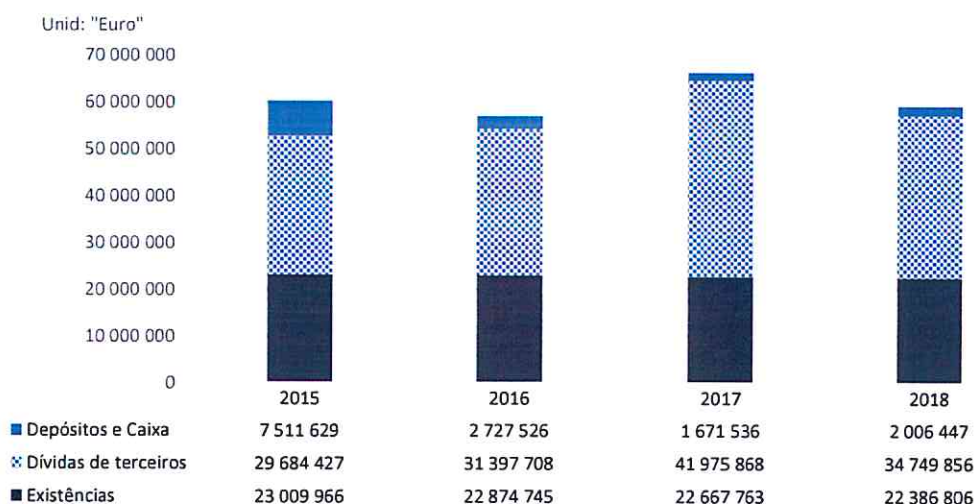
A redução de ativos “Obrigações e Títulos de Participação” decorre do estipulado no Artigo 303.º, da Lei do Orçamento de Estado de 2018, possibilitando reduzir o valor das prestações anuais a realizar em 2018, 2019, 2020 e 2021, em 25%, 50%, 75% e 100%, respetivamente.



CIRCULANTE

O Ativo Circulante é composto pelas componentes identificadas no gráfico a seguir e apresenta no final do exercício económico um saldo de 59 milhões de euros.

GRÁFICO 20: ESTRUTURA DO CIRCULANTE, 2015-2018



As existências compreendem o material de uso corrente na atividade municipal, verificando-se um decréscimo de 1%, o equivalente a uma variação de 281 mil euros.

As dívidas de terceiros a curto prazo totalizam em 2018 a importância de 34,7 milhões de euros. Comparando com o ano anterior, regista-se uma diminuição na ordem dos 7,2 milhões de euros, causada pela redução de saldos nas contas de Contribuintes, por via dos impostos indiretos (loteamentos e obras, publicidade coletiva e outros), e por via das taxas (mercados e feiras). Já na conta de Utentes, verificou-se a redução nas Prestações de Serviços relacionados com mercados e feiras, parques de estacionamento, ensino e outros. A regularização da dívida proveniente de Resíduos Sólidos, contabilizada nos anos 2017-2018 incorretamente, refletiu-se no desvio negativo nas contas de utentes na ordem de 3,3 milhões de euros.

No final do exercício, as contas refletidas nos "Outros devedores" registam o valor de 26,8 milhões de euros, uma diminuição de 2,6 milhões de euros comparativamente a 2017. Neste grupo destacam-se os saldos, a favor do Município, de ativos reconhecidos com origem nos Fundos Comunitários, no montante de 9,8 milhões de euros referente a candidaturas aprovadas, mas cujo recebimento só irá ocorrer em exercícios económicos futuros. Das inúmeras candidaturas autorizadas, realçamos as seguintes: o Interface de Setúbal, a Requalificação da Envolvente do Convento de Jesus, Otimização do Sistema de Saneamento, Regularização do troço final da Ribeira da Figueira e Bacias de Retenção, Requalificação do Parque Escolar – 3ª fase, Intervenções na encosta do Forte de São Filipe e Obras de Prevenção de Cheias.

As Disponibilidades - Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa – aumentaram em 335 mil euros, correspondente a uma variação de 20%, face ao ano transato.



ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

QUADRO 38: ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS, 2015-2018

Descrição	2015	2016	2017	2018	Δ 2018/2017, EUR	Δ 2018/2017, %
Acréscimos de proveitos	40.367.197	36.334.188	35.233.545	38.965.440	3.731.895	11%
Custos diferidos	108.507	109.914	126.476	175.809	49.334	39%
Total Acréscimos e Diferimentos	40.475.705	36.444.102	35.360.020	39.141.249	3.781.229	11%

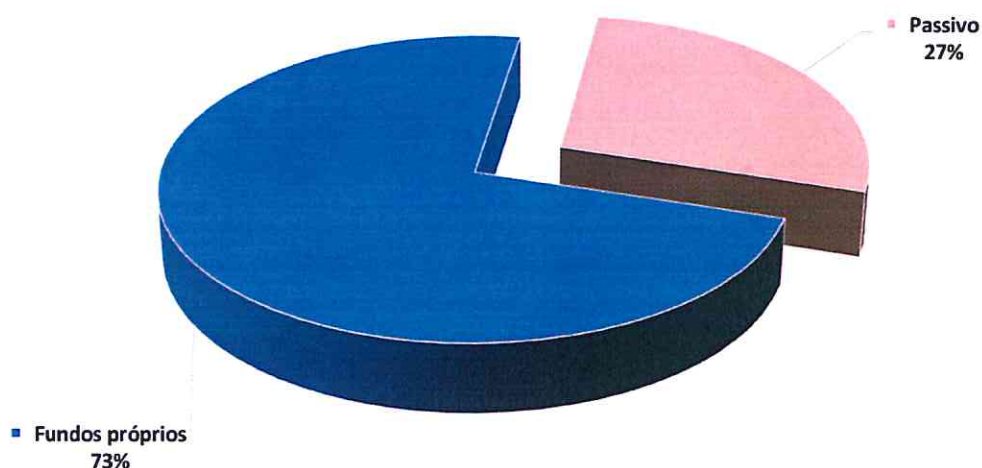
Relativamente à rubrica Acréscimos e Diferimentos encontram-se contabilizados os acréscimos de proveitos, com um incremento de 11% resultado da receita cobrada de 2017, principalmente oriunda de impostos municipais, tais como, o imposto municipal sobre imóveis, derrama e participação fixa no IRS e os Custos Diferidos, com uma subida de 39% associados a encargos com rendas.

FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO

A estrutura financeira do balanço é composta pelos Fundos Próprios e Passivo.

Em 2018, os fundos próprios e passivo do Município totalizam 411 milhões de euros, em que os fundos próprios representam 73% do balanço e o passivo 27%.

GRÁFICO 21: FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO, 2018





QUADRO 39: **BALANÇO - FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO, 2015-2018**

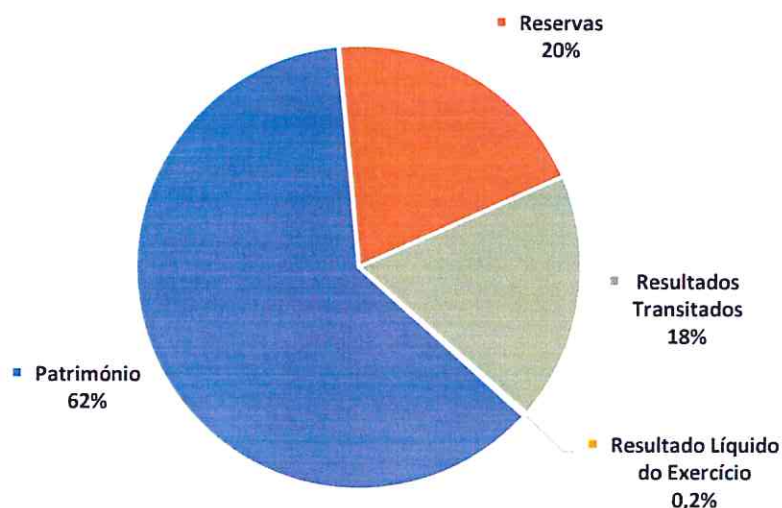
Descrição	2015	2016	2017	2018	Δ 2018/2017, EUR	Δ 2018/2017, %
Fundos próprios	274.333.693	286.875.940	294.706.566	298.691.887	3.985.321	1%
Passivo	116.678.231	105.357.169	111.371.111	112.767.887	1.396.775	1%
Total Fundos Próprios + Passivo	391.011.924,04	392.233.108,35	406.077.677,43	411.459.773,69	5.382.096	1%

Ao longo do quadriénio 2015-2018, o total dos fundos próprios e do passivo tem tido um crescimento continuado, sendo de 1% a variação do crescimento registada em 2018/2017.

Os Fundos Próprios aumentaram, em 2016, de 70% para 73%, mantendo-se neste nível atualmente, enquanto o passivo sofreu a redução, no mesmo período, de 30% para 27%.

FUNDOS PRÓPRIOS

GRÁFICO 22: **FUNDOS PRÓPRIOS, 2018**

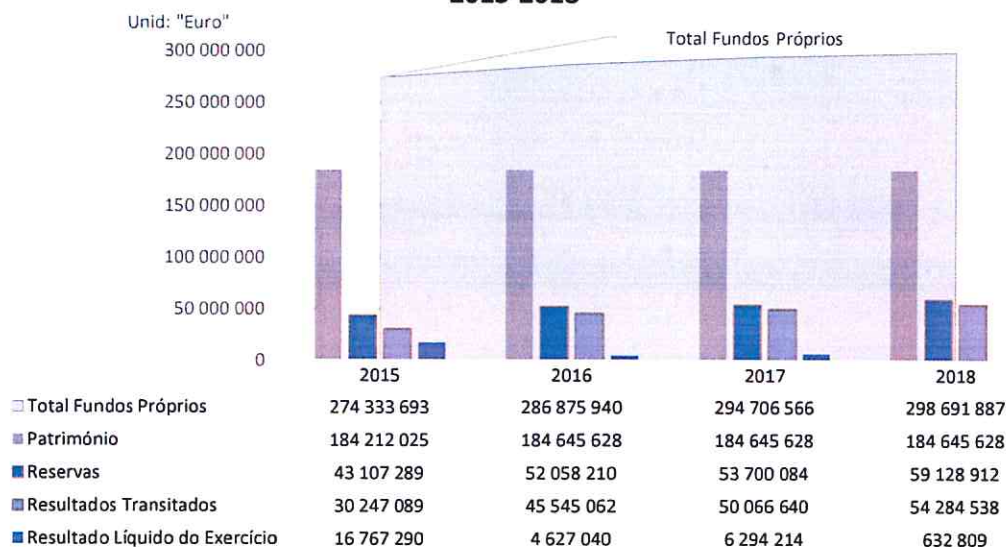


Como se pode constatar, o Património é a componente mais relevante, constituindo 62% dos Fundos Próprios do Município. Falando dos restantes elementos, as Reservas representam 20%; os Resultados Transitados 18%; sendo que o Resultado Líquido do Exercício de 2018 revela pouca expressão (0,2%).



Todas as componentes dos fundos próprios evoluíram de forma positiva, excetuando-se o Resultado Líquido do Exercício que teve uma diminuição abrupta na ordem dos 5,7 milhões de euros.

GRÁFICO 23: COMPONENTES DOS FUNDOS PRÓPRIOS,
2015-2018



As Reservas aumentaram 5,4 milhões de euros, devido à contabilização de doações realizadas ao Município, nomeadamente, a escultura dos Golfinhos sita na principal entrada da Cidade de Setúbal, e à contabilização de diversas parcelas de terrenos que pertencem ao imobilizado municipal.

Os Resultados Transitados registaram um acréscimo de 4,2 milhões de euros, proveniente do seguinte:

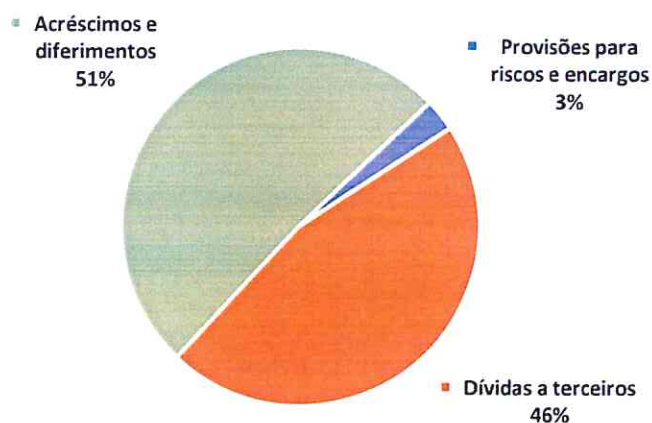
- receita cobrada em 2018 referente à renda de concessão das Águas do Sado, SA do 2º semestre de 2017 (+2 M €);
- recuperação da parcela retida em anos anteriores do Fundo de Equilíbrio Financeiro, por incumprimento dos deveres de informação (+1,3 M €);
- aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2017 (+ 6,3 M €), atenuado pelas reduções por via de provisionamento do encerramento da participação do Município na Sociedade SetúbalPolis (-2,6 M €), assim como, pela regularização de lançamentos contabilísticos relacionados com os acertos de proveitos registados nos anos anteriores de resíduos sólidos (-3,4 M €).



PASSIVO

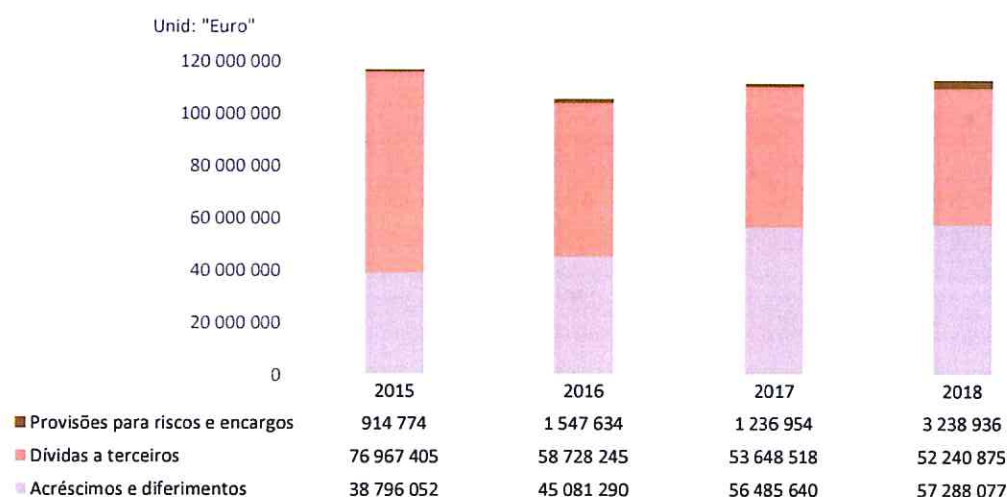
O passivo é constituído por provisões para riscos e encargos, por dívidas a terceiros e por acréscimos e diferimentos, representando as obrigações do Município.

GRÁFICO 24: PASSIVO, 2018



A evolução da estrutura do passivo encontra-se demonstrada no gráfico subsequente.

GRÁFICO 25: ESTRUTURA DO PASSIVO, 2015-2018



As Provisões para riscos e encargos, aumentaram cerca de 162%, face a 2017, em consequência da constituição de provisões para processos judiciais que estão a decorrer em Tribunal, no valor de 2 milhões de euros, firmados na avaliação ao risco destes processos. Apesar deste aumento significativo, as provisões para riscos e encargos, na estrutura do passivo têm pouca relevância, representando apenas 3% do passivo do Município.



Em 2018, as Dívidas a Terceiros representam 46% do passivo, cerca de 52,2 milhões de euros, tendo a sua redução sido consistente ao longo do quadriénio em análise, atingindo em 2018, uma redução de 1,4 milhões de euros. Esta redução foi obtida, em grande parte, pela diminuição da dívida a outros credores (-62%), originada pela redução da contribuição para o FAM (-1,3 M €), conforme anteriormente citado neste relatório.

QUADRO 40: DÍVIDAS A TERCEIROS, 2015-2018

Descrição	2015	2016	2017	2018	Δ 2018/2017, EUR	Δ 2018/2017, %
Empréstimos	42.506.723	30.559.471	28.217.110	28.536.693	319.583	1%
Fornecedores - Locação Financeira			408.627	1.175.672	767.045	188%
Fornecedores	30.280.872	22.730.480	20.203.752	19.217.552	-986.200	-5%
Clientes e Fornecedores c/cauções	1.073.668	1.114.335	1.197.774	1.425.896	228.121	19%
Estado e outros entes públicos	2.257.835	1.855.848	1.483.259	1.065.980	-417.279	-28%
Outros credores	848.308	2.468.111	2.137.996	819.083	-1.318.913	-62%
Total Dívidas a Terceiros	76.967.405	58.728.245	53.648.518	52.240.875	-1.407.643	-3%

A dívida poderá ser analisada pela sua exigibilidade, ou seja, do valor da dívida a terceiros que transitou para o ano 2019, qual o montante que tem de ser pago nesse mesmo ano (curto prazo) e qual o montante a ser pago nos anos de 2020 e seguintes (médio e longo prazo).

QUADRO 41: DÍVIDA A TERCEIROS POR EXIGIBILIDADE, 2015-2018

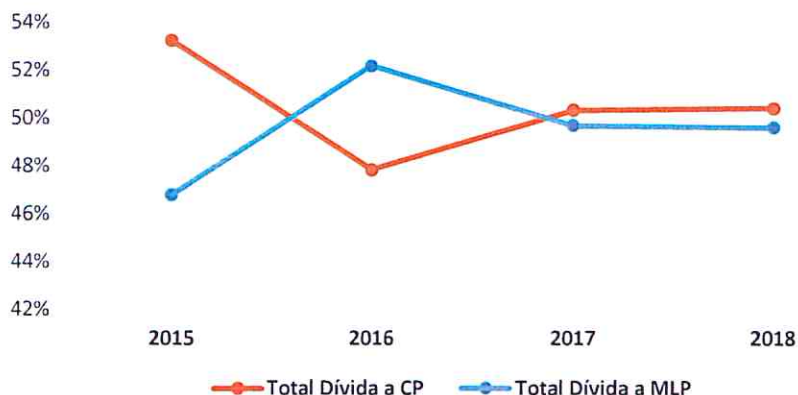
Descrição	2015	2016	2017	2018	Δ 2018/2017, EUR	Δ 2018/2017, %
Dívida a Médio e Longo Prazo:						
Financiamento (Instit. Banc.)	30.557.471	26.097.013	24.140.426	25.010.769	870.343	4%
Fornecedores c/c	2.532.795	613.042	443.462	181.293	-262.169	-59%
Fornecedores de imobilizado	1.313.529	1.071.998		288.440	288.440	
Estado e Outros Entes Públicos	1.590.328	1.129.612	700.853	322.062	-378.790	-54%
FAM		1.657.583	1.346.788	103.599	-1.243.189	-92%
Outros Credores		66.667	16.667	0	-16.667	-100%
Total Dívida a MLP	35.994.124	30.635.915	26.648.195	25.906.163	-742.032	-3%
Dívida a Curto Prazo:						
Financiamento (Instit. Banc.)	11.949.252	4.462.458	4.485.310	4.701.596	216.285	5%
Clientes e Fornecedores c/cauções	1.073.668	1.114.335	1.197.774	1.425.896	228.121	19%
Fornecedores c/c	13.633.289	9.652.645	7.394.749	7.605.196	210.447	3%
Fornecedores em recep. e confer.	4.996.865	4.396.352	4.196.792	4.595.205	398.413	9%
Fornecedores de imobilizado	7.804.394	6.996.443	8.168.748	6.547.417	-1.621.331	-20%
Estado e Outros Entes Públicos	667.506	726.236	782.406	743.917	-38.489	-5%
FAM		414.395	310.796	207.198	-103.599	-33%
Outros Credores	848.308	329.466	463.745	508.287	44.541	10%
Total Dívida a CP	40.973.281	28.092.330	27.000.323	26.334.712	-665.611	-2%
Total Dívida a Terceiros	76.967.405	58.728.245	53.648.518	52.240.875	-1.407.643	-3%

Em termos de exigibilidade, a dívida a terceiros encontra-se equilibrada, pesando cerca de 50% quer as dívidas a curto prazo (CP) quer as a médio e longo prazo (MLP). A redução conseguida em 2018 na dívida a terceiros na ordem dos 1,4 milhões de euros, divide-se entre 742 mil euros de dívida de MLP e 666 mil euros a CP.



Em 2018, a dívida a MLP proveniente do financiamento bancário representa o maior peso (97%), por via de recurso a empréstimos e de locação financeira. Nas componentes da dívida a CP destacam-se as dívidas a fornecedores (71%) e as de financiamento das instituições bancárias (18%).

GRÁFICO 26: DÍVIDA DE CURTO E DE MÉDIO E LONGO PRAZO, 2015-2018



O Município tem promovido diversas medidas com objetivo de redução da dívida a curto prazo. O financiamento de investimentos de montantes elevados através da contratação de empréstimos de MLP, assim como aquisições em leasing, nos últimos dois anos, aproximou as dívidas de CP das de MLP.

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

QUADRO 42: ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS, 2015-2018

Descrição	2015	2016	2017	2018	Δ 2018/2017, EUR	Δ 2018/2017, %
Acréscimos de Custos	3.946.201	7.460.775	8.530.331	7.485.027	-1.045.304	-12%
Proveitos diferidos	34.849.851	37.620.514	47.955.308	49.803.049	1.847.741	4%
Total Acréscimos e Diferimentos	38.796.052	45.081.290	56.485.640	57.288.077	802.437	1%

Os acréscimos de custos fruíram de uma redução de 12%, comparando com o ano anterior, em virtude do decréscimo de custos com remunerações, acrescidos dos encargos patronais, - direito para remuneração do mês de férias adquirido no ano anterior ao respetivo pagamento (-211 mil euros), aliado à diminuição dos outros acréscimos de custos (-834 mil euros), onde são especializados os custos de faturação respeitante ao ano 2018, mas cujo processamento ainda não foi realizado, tendo esta especialização sido de menor valor este ano.

Por outro lado, os proveitos diferidos aumentaram 4%, mantendo a tendência de acréscimo verificada ao longo do quadriénio em análise. O aumento de 1,9 milhões de euros foi obtido através do registo da comparticipação de novas candidaturas, nomeadamente: “Requalificação do Parque Escolar – 3.ª fase”; “Rede de Ciclovias Intermunicipal”; “Regularização do troço final da Ribeira da Figueira e bacias de retenção” e da “Comunicação e sensibilização em cenários de risco associados às alterações climáticas” e à reprogramação financeira de 2 candidaturas já a decorrer (“Bairro Santos Nicolau – Regeneração Urbana” e “Jardim Multissensorial das Energias”).



4.2. FINANCIAMENTO BANCÁRIO E ENDIVIDAMENTO

QUADRO 43: DÍVIDA BANCÁRIA MLP, 2015 - 2018

Descrição	2015	2016	2017	2018	Δ 2018/2017, EUR	Δ 2018/2017, %
Empréstimos excecionados	7.411.815	6.408.999	5.405.868	6.494.005	1.088.138	20%
Empréstimos não excecionados	27.594.908	24.150.472	22.811.242	22.042.687	-768.555	-3%
Locação Financeira	0	0	408.627	1.175.672	767.045	188%
Total do capital em dívida	35.006.723	30.559.471	28.625.737	29.712.365	1.086.628	4%

No final de 2018, o montante da dívida resultante de financiamento bancário era de 29,7 milhões de euros, resultando num aumento de 1,1 milhões de euros relativamente ao ano anterior. Esta dívida é composta por empréstimos de médio e longo prazo no valor de 28,5 milhões de euros e contratos de locação financeira no valor de 1,2 milhões de euros.

QUADRO 44: SERVIÇO DA DÍVIDA MLP, 2015 - 2018

Descrição	2015	2016	2017	2018	Δ 2018/2017, EUR	Δ 2018/2017, %
Juros	179.967	96.212	82.630	94.525	11.894	14%
Amortizações	4.552.367	4.449.252	4.477.495	4.504.210	26.715	0,6%
Total	4.732.333	4.545.464	4.560.125	4.598.735	38.610	0
Taxa de Crescimento	-0,5%	-3,9%	0,3%	0,8%	1%	162%

Analisando o serviço da dívida bancária, conclui-se que esta tem uma evolução de crescimento não muito preocupante nos últimos dois anos (de 0,3% e de 0,8%), originada quer pela contratação de nova dívida bancária, a qual gera novos encargos, mas que tem vindo a associar-se à queda da taxa de juro de referência (tem permanecido negativa ao longo do ano de 2018), quer ao cumprimento dos planos de pagamento dos financiamentos obtidos.

QUADRO 45: LOCAÇÃO FINANCEIRA, 2015 - 2018

Descrição	2015	2016	2017	2018	Δ 2018/2017, EUR	Δ 2018/2017, %
Capital em dívida em 01/jan	0	0	0	408.627	408.627	
Locações	0	0	42.663	777.925	354.262	84%
Acertos de dívida contraída	0	0	0	22.913	22.913	
Amortizações	0	0	15.037	33.793	18.756	125%
Juros	0	0	2.766	5.400	2.635	95%
Capital em dívida em 31/dez	0	0	408.627	1.175.672	767.045	188%
Varição anual do Endividamento Bancário (Locação Financeira)	0	0	408.627	767.045	358.419	88%



Desde 2012 que o Município não contraía dívida de locação financeira. Em 2017 celebrou dois contratos, um para a aquisição de equipamento informático a 4 anos e outro para a aquisição de cinco prédios urbanos com duração de 12 anos. Em 2018, complementou este último com a aquisição de dois prédios urbanos também a 12 anos, registando-se por isso um crescimento desta dívida em 188%.

QUADRO 46: EMPRÉSTIMOS MLP, 2015 - 2018

Descrição	2015	2016	2017	2018	Δ 2018/2017, EUR	Δ 2018/2017, %
Capital em dívida em 01/jan	39.559.090	35.006.723	30.559.471	28.217.110	-2.342.361	-8%
Utilizações dos empréstimos	0	0	2.115.801	4.790.000	2.674.199	126%
Acertos de dívida contraída	0	2.000	4.296	0	-4.296	-100%
Amortizações	4.552.367	4.449.252	4.462.458	4.470.417	7.959	0%
Juros	179.967	96.212	79.865	89.125	9.260	12%
Capital em dívida em 31/dez	35.006.723	30.559.471	28.217.110	28.536.693	319.583	1%
Varição anual do Endividamento Bancário (Empréstimos MLP)	-4.552.367	-4.447.252	-2.342.361	319.583	2.661.944	-114%

Relativamente ao stock da dívida com empréstimos a MLP, este tem vindo gradualmente a reduzir, de 2015 a 2017, resultante das amortizações regulares dos diversos empréstimos. A contratação, em 2017, de dois empréstimos - um para a reabilitação urbana da Casa das Quatro Cabeças, no montante de 116 mil de euros, e outro, para financiamento de despesas de investimento, no montante de 2 milhões de euros – não prejudicou a redução de dívida, sendo que as amortizações anuais (cerca de 4,5 M €) atenuam a assunção da nova dívida.

Em 2018, o stock da dívida cresceu cerca de 320 mil euros. Esta situação é originada pela contratação de dois novos empréstimos de MLP - um para financiamento de obras participadas pelo Portugal 2020, no montante de 2,1 milhões de euros, e outro para financiamento dos investimentos do PPI, no montante de 2,7 milhões de euros, cujos desembolsos de capital superaram as amortizações regulares do ano, situando-se a dívida no final de 2018, em 28,5 milhões de euros, da qual 4,7 milhões de euros são exigíveis a CP e cerca de 23,9 milhões de euros serão pagos a MLP (anos de 2020 e seguintes).

QUADRO 47: EMPRÉSTIMOS CP, 2015 - 2018

Descrição	2015	2016	2017	2018	Δ 2018/2017, EUR	Δ 2018/2017, %
Capital em dívida em 01/jan	0	7.500.000	0	0	0	0%
Utilizações dos empréstimos	12.500.000	10.000.000	4.500.000	6.800.000	2.300.000	51%
Amortizações	5.000.000	17.500.000	4.500.000	6.800.000	2.300.000	51%
Capital em dívida em 31/dez	7.500.000	0	0	0	0	0%
Varição anual do Endividamento Bancário (Empréstimos CP)	7.500.000	-7.500.000	0	0	0	0%

Ao longo de 2018, o Município contraiu dois empréstimos CP, para ocorrer a dificuldades de tesouraria, no valor total de 6,8 milhões de euros, tendo os mesmos sido totalmente amortizados até ao final do ano.



Relativamente aos encargos com juros destes empréstimos, é de ressaltar que foram debitados nas contas bancárias associadas a estes empréstimos, o montante de 12 mil euros, referentes a juros do exercício económico de 2018, mas cujo aviso de lançamento foi emitido pelo banco apenas em 02 de janeiro de 2019, tendo sido realizada a sua especialização, refletindo assim estes encargos na contabilidade patrimonial, ainda sem registo da despesa na execução orçamental, a regularizar no ano

4.3. ENDIVIDAMENTO DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS

No âmbito da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, são apuradas as dívidas faturadas, verificando a situação de existência dos pagamentos em atraso. São consideradas faturas, contratos, ou documentos equivalentes com mais de 90 dias após a data de vencimento.

A 31 de dezembro de 2018, haviam pagamentos em atraso no valor de 5,4 milhões de euros, correspondendo a uma redução de cerca de 12% em relação ao ano transato. Conseguindo o Município superar a meta da redução do endividamento, - até ao final do ano tinha de reduzir no mínimo 10% dos pagamentos em atraso registados no Sistema Integrado de Informação da Autarquias Locais (SIIAL) à data de 30/09/2017, prevista no n.º 1, do Artigo 93º, da LOE 2018 – reduzindo a dívida em atraso no montante de 813 mil euros, superando o objetivo em 191 mil euros.

Neste exercício, foi utilizado para pagamento de dívida em atraso de fornecedores o montante de 1,3 milhões de euros proveniente das retenções efetuadas em exercícios anteriores (durante o ano de 2015 até março de 2016) respeitante ao incumprimento de redução dos pagamentos em atraso de anos transatos (2012 e 2013). Assim, nos termos do previsto no n.º 1, do Artigo 65.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, o montante suprarreferido foi afeto ao Fundo de Regularização Municipal, servindo para pagamento de dívidas a terceiros do Município, nomeadamente com a afetação prevista no Artigo 67.º, da mesma Lei.

GRÁFICO 27: EVOLUÇÃO DOS PAGAMENTOS EM ATRASO,
2015-2018





No final do ano 2018, a dívida total de operações orçamentais ascendia a 49,9 milhões de euros, já considerando o contributo das entidades relevantes, expressando uma diminuição de 0,6% em relação ao ano anterior. Foram cumpridos os limites definidos com uma margem disponível, para efeitos de endividamento, de 11,2 milhões de euros.

Para além do decréscimo da dívida total, o prazo médio de pagamento reduziu em 38 dias, comparativamente com o ano anterior, situando-se nos 147 dias no final do ano de 2018.

4.4. EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL E INDICADORES FINANCEIROS

Em 2018, o Município de Setúbal cumpriu as Regras do Equilíbrio Orçamental, definidas no Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (RFALEI), sendo que:

- a Receita Corrente superou a Despesa Corrente em 17%, registando um excedente de 10,4 milhões de euros;
- a diferença entre a Receita Corrente e a Despesa Corrente, acrescida das Amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo, registou uma margem de 5,7 milhões de euros.

QUADRO 48: DEMONSTRAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA REGRA DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL*, 2018

Descrição	Execução
Receitas corrente bruta cobrada (1)	71 979 583
Despesa corrente (2)	61 563 314
Amortizações Médias de Empréstimos a MLP (3)	4 689 686
(4) = (2) + (3)	66 253 001
Regra do Equilíbrio Orçamental (1) - (4)	5 726 583

* - Art.º 40.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro

Apresentam-se agora alguns indicadores decorrentes da análise do Balanço de 2018.

INDICADORES		2018	OBSERVAÇÕES
Solvabilidade I	Fundo Patrimonial	298.691.887	Os indicadores de solvabilidade medem a capacidade financeira global da entidade poder solver melhor ou pior a totalidade dos seus compromissos, i.e., evidencia se os capitais próprios são ou não suficientes para solver a dívida (de CP e MLP). Põe assim em destaque o grau de independência da entidade face aos seus credores.
	Passivo	112.767.887	
		265%	
Solvabilidade II	Ativo Líquido	411.459.774	Este indicador fornece a solvabilidade em sentido estrito, devendo ser superior a 100%, pois caso seja inferior, a entidade evidencia uma situação líquida negativa.
	Passivo	112.767.887	
		365%	



INDICADORES		2018		OBSERVAÇÕES
Autonomia Financeira	$\frac{\text{Fundo Patrimonial}}{\text{Ativo Líquido}}$	$\frac{298.691.887}{411.459.774}$	73%	Este indicador evidencia a parte do ativo coberto pelo fundo patrimonial, ou seja, compara o capital próprio com a aplicação de fundos. Quando o maior o valor do rácio, tanto menor será a dependência da entidade face a financiamentos externos, o que lhe dará maior autonomia, ou seja, maior solvabilidade. Um valor baixo indica grande dependência em relação aos credores (deve ser superior a 33%).
Liquidez Geral	$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável MLP}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível MLP}}$	$\frac{59.143.109}{52.240.875}$	113%	Este indicador mede o grau de capacidade de assumir todos os compromissos, revelando a liquidez de longo prazo. Não considera todo o ativo porque existem itens no ativo que não serão convertidos em dinheiro nem mesmo a longo prazo, como por exemplo: investimentos, imobilizado e intangível.
Liquidez Corrente	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	$\frac{59.143.109}{26.334.712}$	225%	Este indicador mede o grau em que os débitos de curto prazo estão cobertos pelo ativo circulante. Deve ser superior a 100% (situação de equilíbrio financeiro mínimo). Se for inferior a 100%, mostra a impossibilidade da entidade em cumprir os pagamentos referentes a débitos a liquidar no curto prazo. Quando maior for o resultado do indicador, maior a certeza de que os débitos a CP podem ser pagos nos prazos adequados.
Liquidez Imediata	$\frac{\text{Disponibilidade}}{\text{Passivo Circulante}}$	$\frac{2.006.447}{26.334.712}$	8%	Este indicador é idêntico ao anterior, considerando apenas o valor das disponibilidades. Deve ser superior a 90%
Indicador das Imobilizações I	$\frac{\text{Capitais Permanentes}}{\text{Imobilizado Líquido}}$	$\frac{323.702.656}{313.175.415}$	103%	A aquisição de imobilizado deve processar-se, em regra, através de capitais que não sejam exigíveis a CP. i.e., através de capitais permanentes (fundo patrimonial + financiamentos de MLP). Avalia a cobertura do imobilizado por capitais permanentes, sendo complementar ao indicador de liquidez geral. Se for <100%, poderá significar que parte de imobilizado está a ser financiado por capitais exigíveis a CP.
Indicador das Imobilizações II	$\frac{\text{Fundo Patrimonial}}{\text{Imobilizado Líquido}}$	$\frac{298.691.887}{313.175.415}$	95%	Avalia cobertura do imobilizado pelo fundo patrimonial. É um indicador destinado a analisar a segurança das imobilizações, evidenciando se o fundo patrimonial é suficiente para financiar o imobilizado ou se é necessário utilizar financiamentos externos. Deve ser > 100%.
Indicador das Imobilizações III	$\frac{\text{Capitais Alheios de MLP}}{\text{Imobilizado Líquido}}$	$\frac{25.010.769}{313.175.415}$	8%	Avalia cobertura do imobilizado pelos capitais alheios de MLP. É um indicador destinado a analisar a segurança das imobilizações, evidenciando a utilização de financiamentos externos de MLP. Em conjunto com os fundos próprios devem corresponder a 100% do ativo imobilizado.
% Imobilizado Líquido Total	$\frac{\text{Imobilizado Líquido}}{\text{Ativo Líquido}}$	$\frac{313.175.415}{411.459.774}$	76%	Permite aferir a importância relativa do imobilizado no conjunto do ativo líquido da autarquia. Quanto maior a %, maior a rigidez e a falta de liquidez associada à estrutura do ativo.
Endividamento I	$\frac{\text{Passivo}}{\text{Ativo Líquido}}$	$\frac{112.767.887}{411.459.774}$	27%	Mede o grau de dependência do ativo líquido total relativamente ao passivo.



INDICADORES		2018		OBSERVAÇÕES
Endividamento II	$\frac{\text{Dívidas (MLP+CP)}}{\text{Ativo Líquido}}$	$\frac{52.240.875}{411.459.774}$	13%	Mede o peso dos capitais alheios no financiamento das atividades da entidade, indicando a dependência em relação a recursos de terceiros (bancos, fornecedores, recursos da atividade laboral e tributária. Uma participação próxima de 100% denota insolvência e extrema dependência de terceiros. Deve ser $\leq 60\%$.
Endividamento de MLP	$\frac{\text{Dívidas de MLP}}{\text{Ativo Líquido}}$	$\frac{25.906.163}{411.459.774}$	6%	Mede o grau de dependência do ativo líquido total relativamente ao capital alheio de MLP utilizado pela entidade
Endividamento - Empréstimos - MLP	$\frac{\text{Empréstimos de MLP (exigível a MLP)}}{\text{Ativo Líquido}}$	$\frac{23.864.799}{411.459.774}$	6%	Mede o grau de dependência do ativo líquido total dos empréstimos contraídos pela entidade com exigibilidade a MLP
Endividamento de CP	$\frac{\text{Dívidas de CP}}{\text{Ativo Líquido}}$	$\frac{26.334.712}{411.459.774}$	6%	Mede o grau de dependência do ativo líquido total relativamente ao capital alheio de CP utilizado pela entidade.
Estrutura de Endividamento I	$\frac{\text{Dívidas de MLP}}{\text{Passivo (Dívida)}}$	$\frac{25.906.163}{52.240.875}$	50%	Exprime a estrutura do endividamento, tendo em conta o passivo de MLP. Quando maior for o rácio de MLP, menor será o peso das dívidas de CP na dívida total, com menores pressões na tesouraria.
Estrutura de Endividamento II	$\frac{\text{Dívidas de CP}}{\text{Passivo (Dívida)}}$	$\frac{26.334.712}{52.240.875}$	50%	Exprime a estrutura do endividamento, tendo em conta apenas o passivo circulante excluindo por isso os acréscimos e diferimentos. Complementa o indicador anterior.

Da análise de rácios financeiros poderá concluir-se que o Município de Setúbal:

- possui um bom grau de independência face aos seus credores;
- goza de uma boa capacidade de assumir todos os compromissos a longo prazo;
- detém uma dificuldade de liquidez imediata para fazer face às suas responsabilidades de curto prazo;
- revela um baixo grau de dependência do ativo líquido total relativamente ao passivo.



5. ANÁLISE FINANCEIRA E PATRIMONIAL

5.1. ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS:

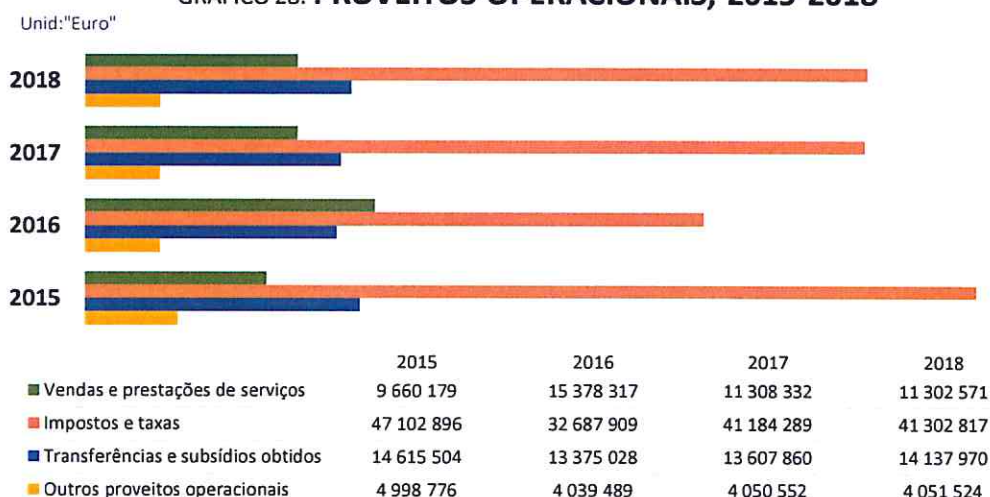
A análise patente nos quadros seguintes, permite refletir sobre o desempenho económico ocorrido no exercício, comparando-o com o ano anterior e expondo o seu desenvolvimento.

QUADRO 49: RESULTADOS OPERACIONAIS, 2015-2018

Descrição	2015	2016	2017	2018	Δ 2018/2017, EUR	Δ 2018/2017, %
Proveitos e ganhos Operacionais	76.377.356	65.480.742	70.151.033	70.794.882	643.848	1%
Custos e perdas Operacionais	56.701.839	61.651.214	65.765.237	70.213.935	4.448.698	7%
Resultados Operacionais	19.675.518	3.829.529	4.385.796	580.947	-3.804.850	-87%

Os resultados operacionais, que resultam da diferença verificada entre os proveitos e ganhos operacionais e os custos e perdas operacionais, fixaram-se nos 581 mil euros. Uma quebra de 87% face ao resultado verificado no exercício anterior, que se sustenta pelo facto de os custos e perdas operacionais terem tido um incremento de 7% face a 2017, por via do aumento dos Custos com Pessoal e do reforço das Provisões.

GRÁFICO 28: PROVEITOS OPERACIONAIS, 2015-2018



Os proveitos operacionais congregam as vendas e prestações de serviços, os impostos e taxas, as transferências e subsídios e os outros proveitos operacionais.

O gráfico acima demonstra a estrutura referente aos proveitos operacionais do Município, nomeadamente a sua composição e relevância para o valor do agregado, ao longo do quadriénio.

Decorrente das atividades do Município, os proveitos operacionais totalizaram o montante de 70,8 milhões de euros, superando o valor registado no ano anterior em 844 mil euros.



As vendas e prestações de serviços tiveram um peso de 16% em relação ao total dos proveitos e ganhos operacionais, sendo decompostas pelas vendas de mercadorias, pela venda de produtos e pela prestação de serviços. O valor verificado nas rubricas identificadas não teve oscilações significativas, em 2018, registando o montante de 11,3 milhões de euros. A prestações de serviços detém o peso esmagador (97%), com destaque para os proveitos gerados pelas cobranças de tarifas de resíduos urbanos (5,1 M €, 47%), serviços prestados nas instalações de ensino, desportivas, culturais e recreativas (1,6 M €, 15%), concessão de exploração de espaços (2 M €, 18%).

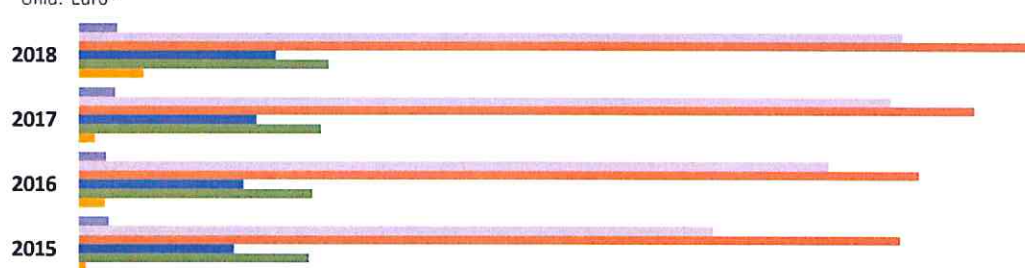
Do gráfico acima, destacam-se os impostos e taxas, que têm uma preponderância significativa nos valores obtidos nos proveitos e ganhos operacionais, sendo que em 2018 contribuíram com 58% para o total dos proveitos operacionais, isto é, com 41,3 milhões de euros. Dentro dos impostos, o maior contributo advém dos impostos diretos, nomeadamente o IML e o IMT.

Outra rubrica que tem sido relevante para os proveitos e ganhos operacionais, conforme o quadriénio apresentado, são as transferências e subsídios obtidos. O montante de 14 milhões de euros arrecadado em 2018 significou um acréscimo de 4% face ao apurado ao exercício anterior. Desse montante assumem particular relevância as transferências da Administração Central decorrentes do Orçamento de Estado, nomeadamente, o Fundo de Equilíbrio Financeiro, o Fundo Social Municipal e a Participação Fixa do IRS, representando 94% de proveitos por via de transferências.

Outros proveitos e ganhos operacionais, apesar de ter outros componentes contabilizados, provêm sobretudo da receita obtida da renda de concessão das Águas do Sado, SA., originando os proveitos, nos anos demonstrados, acima de 4 milhões de euros. Em 2018, o contributo por esta via foi de 99,7% nos outros proveitos. O gráfico seguinte demonstra a estrutura de custos operacionais do Município e sua evolução ao longo do quadriénio:

GRÁFICO 29: CUSTOS OPERACIONAIS, 2015-2018

Unid: "Euro"



	2015	2016	2017	2018
■ Custos merc. vendidas / mat. consum.	955 230	880 653	1 148 515	1 193 040
■ Fornecimentos e serviços externos	19 076 509	22 566 891	24 407 306	24 772 852
■ Custos com o pessoal	24 706 201	25 273 005	26 936 009	28 717 022
■ Transf. e subs. Correntes	4 723 396	4 999 063	5 387 037	5 965 581
■ Amortizações do exercício	6 945 832	7 057 363	7 313 391	7 532 221
■ Provisões do exercício	255 066	830 845	521 828	2 001 982
■ Outros custos operacionais	39 605	43 394	51 151	31 238



O agregado dos custos operacionais, que compreende as componentes identificadas no gráfico supra, teve um aumento de 7% em relação ao ano anterior, totalizando 70,2 milhões de euros. Podemos observar que tanto os fornecimentos e serviços externos como os custos com pessoal, têm tido grande relevo na estrutura de custos municipais (em 2018, 41% e 35%, respetivamente).

Comparando com o ano anterior, os custos e perdas operacionais foram sobretudo impulsionados pelos custos com pessoal (+1,8 M €, ou +7%) e pelo reforço na constituição das provisões do exercício (+1,5 M €, +284%).

No que diz respeito ao aumento dos custos com pessoal, totalizando 28,7 milhões de euros, este funda-se essencialmente no reflexo da integração de funcionários ao abrigo do PREVPAP e descongelamento das carreiras.

Em relação à constituição das provisões do exercício, o aumento verificado face a 2017, resulta do registo contabilístico de verba prudencial referente a processos judiciais em curso e que possam originar obrigações para o Município no futuro.

De 6 milhões de euros contabilizados nas transferências e subsídios correntes, o aumento verificado de 11% reflete essencialmente as transferências para as Juntas de Freguesia, ao abrigo dos protocolos de descentralização de competências celebrados.

QUADRO 50: RESULTADOS FINANCEIROS, 2015-2018

Descrição	2015	2016	2017	2018	Δ 2018/2017, EUR	Δ 2018/2017, %
Proveitos e ganhos Financeiros	22.697	21.518	24.656	23.684	-972	-4%
Custos e perdas Financeiros	2.023.257	1.046.328	1.034.879	628.442	-406.436	-39%
Resultados Financeiros	-2.000.561	-1.024.810	-1.010.223	-604.758	405.465	40%

Analisando os resultados financeiros, pode observar-se que os custos superam os proveitos em 605 mil euros. Comparando com o ano anterior, registou-se um melhoramento na ordem de 405 mil euros.

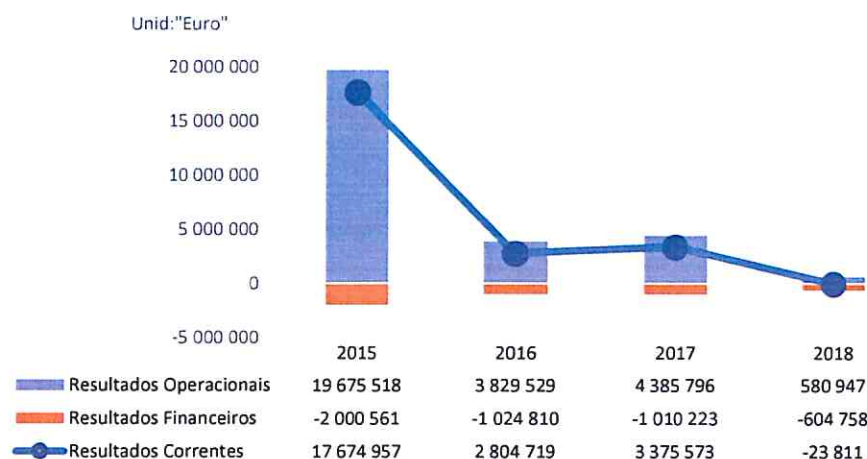
A redução em 39% obtida nos custos e perdas financeiros, provém sobretudo pela diminuição de juros de mora de faturação.

Por seu turno, os proveitos e ganhos financeiros mantiveram-se praticamente inalterados, a refletir a atribuição de dividendos de exercícios anteriores referentes à participação do Município no FAM contrabalançada pela diminuição de rendimentos de imóveis.

Outros factos relevantes que contribuíram para o desempenho financeiro do Município no exercício de 2018, já foram anteriormente explanados no capítulo do financiamento bancário.



GRÁFICO 30: ESTRUTURA DE RESULTADOS CORRENTES, 2015-2018



Os resultados correntes sintetizam toda a atividade antes de custos e proveitos extraordinários. O gráfico supra, ilustra a estrutura de resultados correntes do Município ao longo do quadriénio apresentado. Em 2018, por via de redução dos Resultados Operacionais, estes não foram suficientes para cobrir os resultados negativos financeiros, apesar do melhoramento destes, face a 2017.

QUADRO 51: RESULTADO DE OPERAÇÕES EXTRAORDINÁRIAS, 2015-2018

Descrição	2015	2016	2017	2018	Δ 2018/2017, EUR	Δ 2018/2017, %
Proveitos Extraordinários	3.461.094	2.414.782	3.775.880	1.788.910	-1.986.970	-53%
Custos e perdas Extraordinários	4.368.761	592.460	857.240	1.132.290	275.050	32%
Resultado Op. Extraordinárias	-907.667	1.822.322	2.918.641	656.621	-2.262.020	-78%

O resultado das operações extraordinárias, que advêm de proveitos e custos não correntes, ficou em 657 mil euros, registando uma quebra de 78%, face ao ano transato.

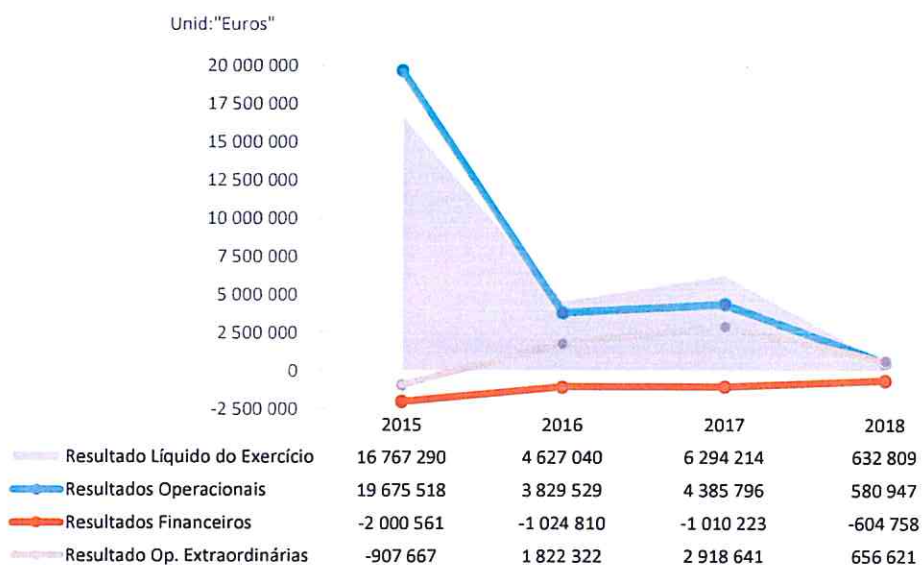
O resultado de operações extraordinárias, deve-se ao contributo negativo de 53 % dos proveitos e ganhos extraordinários face a 2017. Este resultado é, essencialmente, consequência da inexistência de regularização extraordinária por parte da AT-Autoridade Tributária referentes de exercícios anteriores, conforme o acontecido em 2017.

Importa esclarecer que os proveitos do ano 2017 acolheram 1,3 milhões de euros de transferência da AT-Autoridade Tributária, referente à regularização extraordinária de juros de mora de cobranças do IMI efetuadas nos anos anteriores.

O saldo dos custos e perdas extraordinárias com o valor de 1,1 milhão de euros, representou uma variação de 275 mil euros face a 2017. Para esta variação contribuiu o acréscimo no reconhecimento com perdas em immobilizações, nomeadamente na alienação de immobilizações corpóreas e nos abates. O acréscimo, na ordem dos 500 mil euros, não foi suficientemente compensado pelo decréscimo nas outras rúbricas de custos e perdas extraordinárias, tais como nas transferências de capital concedidas ou nas correções relativas de exercícios anteriores.



GRÁFICO 31: COMPOSIÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO, 2015-2018



O gráfico supra ilustra a composição do resultado líquido e a relação dos componentes que o influenciaram ao longo do quadriénio.

O resultado líquido do exercício resulta do efeito conjugado do resultado da atividade operacional, do resultado da atividade financeira e dos factos reconhecidos nas operações extraordinárias.

Em 2018, foi apurado um Resultado Líquido no valor de 633 mil euros.

5.2. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O FECHO DO EXERCÍCIO

Não existem factos subsequentes relevantes a reportar.

5.3. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Considerando o Resultado Líquido do Exercício de 2018 - 632.809,25€ (Seiscentos e Trinta e Dois mil, Oitocentos e Nove euros, e Vinte Cinco cêntimos), - propõe-se que o mesmo seja aplicado de acordo com legalmente estipulado no ponto 2.7.3.5 do POCAL (Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro):

Reservas Legais (5%)
31.640,46€

Resultados Transitados (95%)
601.168,79€

Setúbal, 13 de abril de 2019

A Presidente da Câmara

Maria das Dores Meira
(Maria das Dores Meira)

Relatório de Gestão e Prestação de Contas

Termo de Encerramento

Este caderno contém 468 (Quatrocentas e Sessenta e Oito) folhas que todas vão numeradas.

Paços do Concelho, 17 de abril de 2019

O Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças



Paulo Jorge Simões Hortênsio